

Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

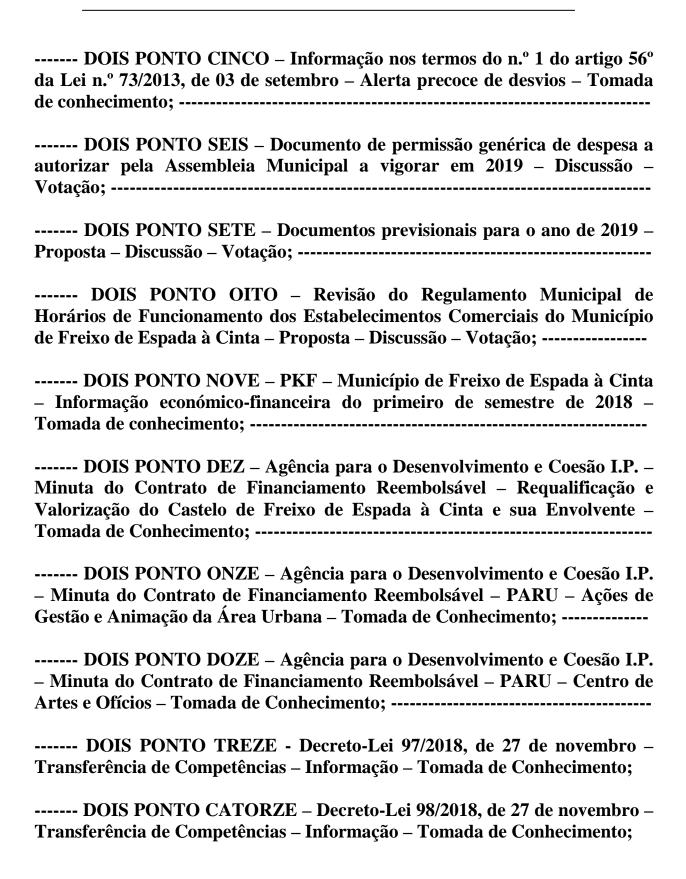
Pág. 1

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, REALIZADA NO DIA TREZE DE DEZEMBRODO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

Aos treze dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezoito, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão ordinariamente, a Assembleia Municipal deste Concelho, sob a Presidência do Senhor Artur Afonso Nunes Neto Parra, coadjuvado pelos Senhores Aldina Maria Teixeira
Massa, Primeiro Secretário e António José Gaspar Morgado, Segundo Secretário, com a seguinte ordem de trabalhos:
UM – Período de antes da ordem do dia;
DOIS – Período da ordem do dia;
DOIS PONTO UM – Aprovação da ata da sessão da sessão anterior;
DOIS PONTO DOIS – Apreciação da Atividade Municipal e Situação Financeira;
DOIS PONTO TRÊS — Informação de compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal na sessão ordinária de dezembro de dois mil e dezassete — Ratificação;
DOIS PONTO QUATRO – Informação sobre acompanhamento do Programa I do PAEL e Reequilíbrio Financeiro a 29 de novembro de 2018 – Tomada de Conhecimento:

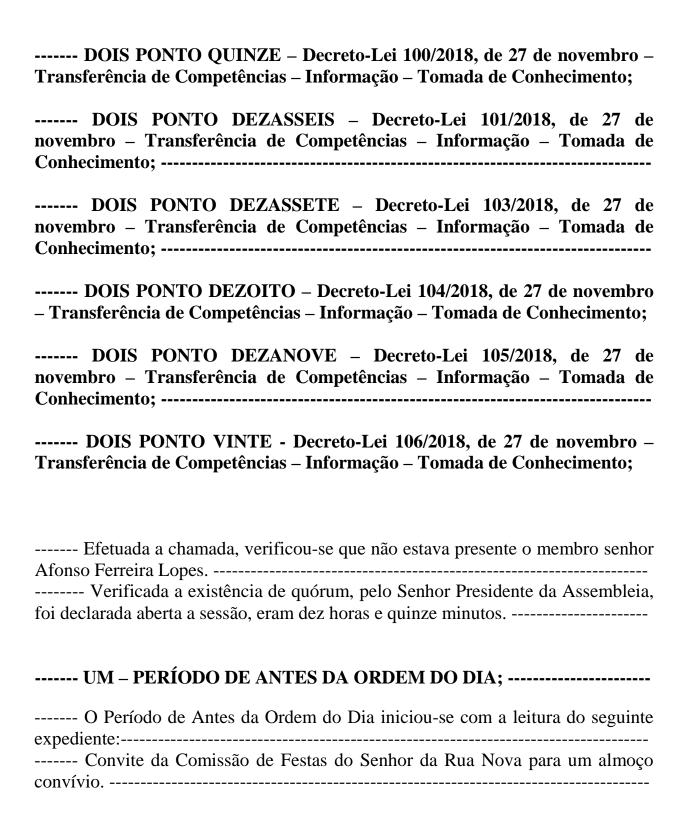


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12



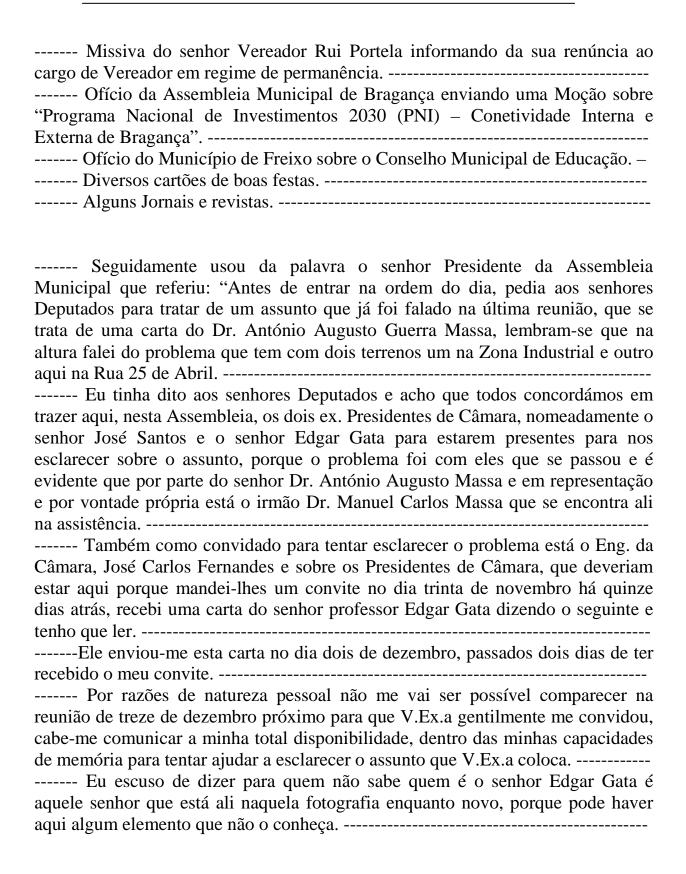


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12



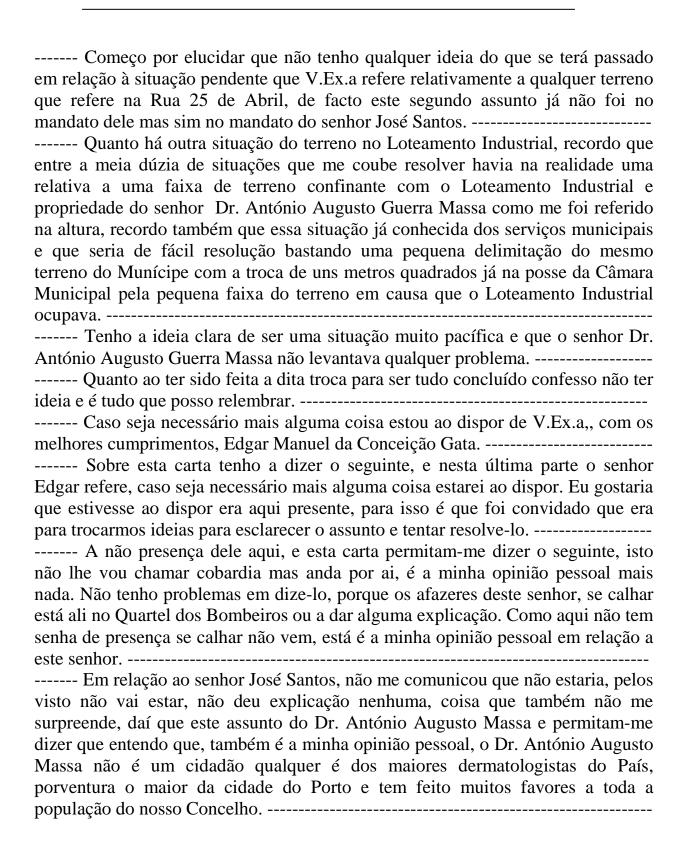


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12



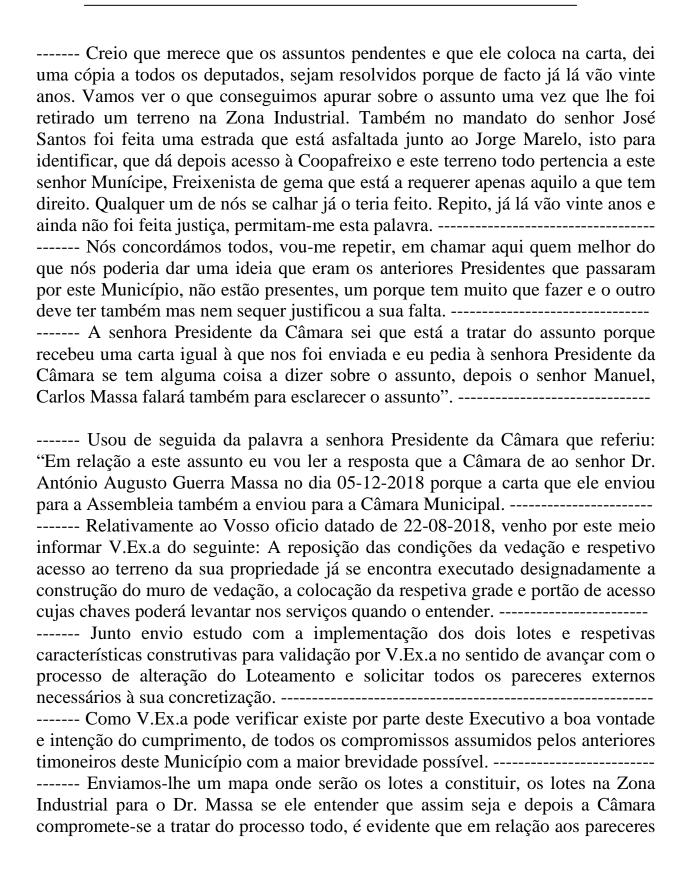


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12



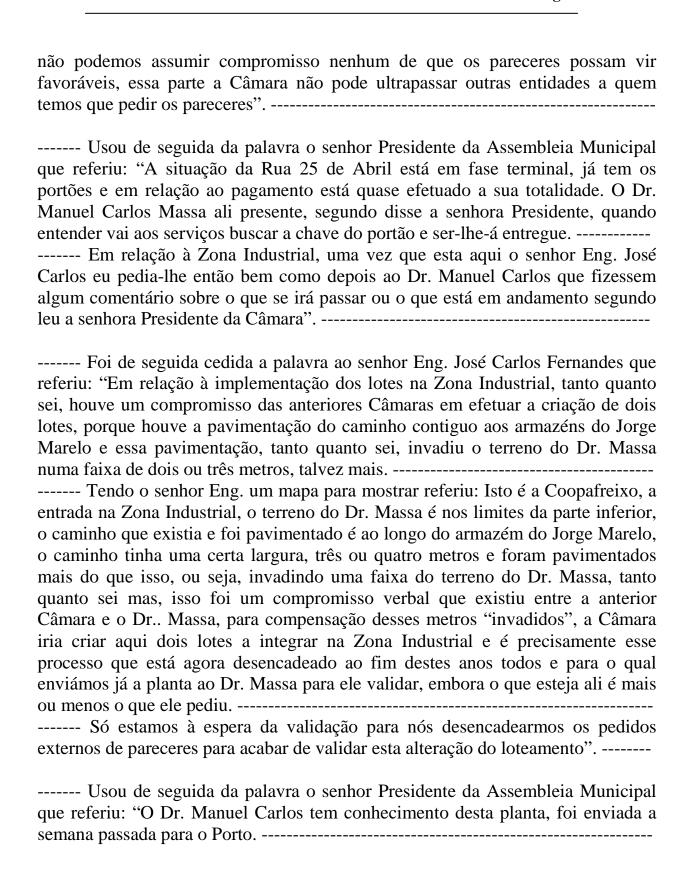


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12



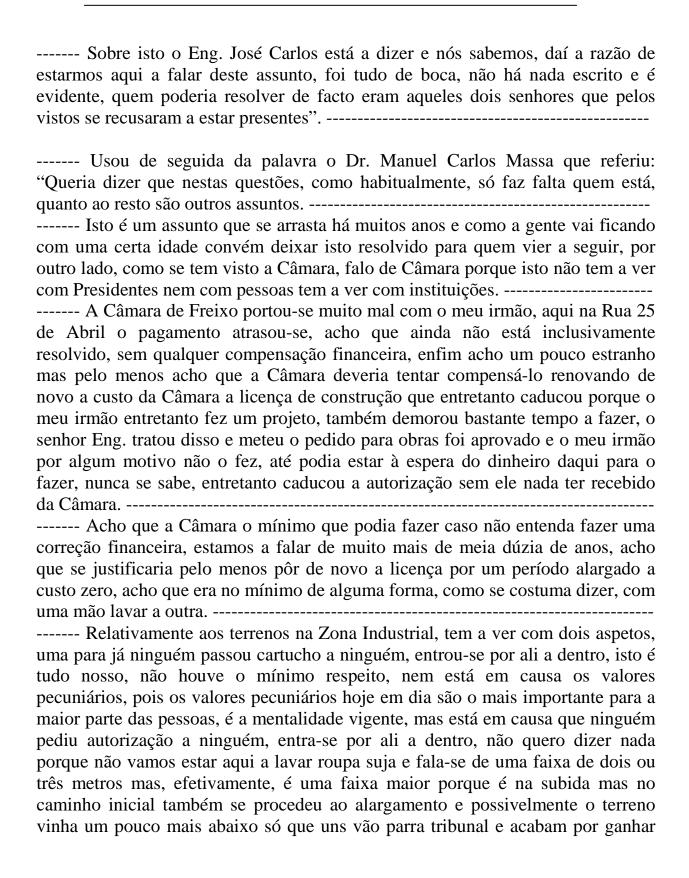


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12





Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12





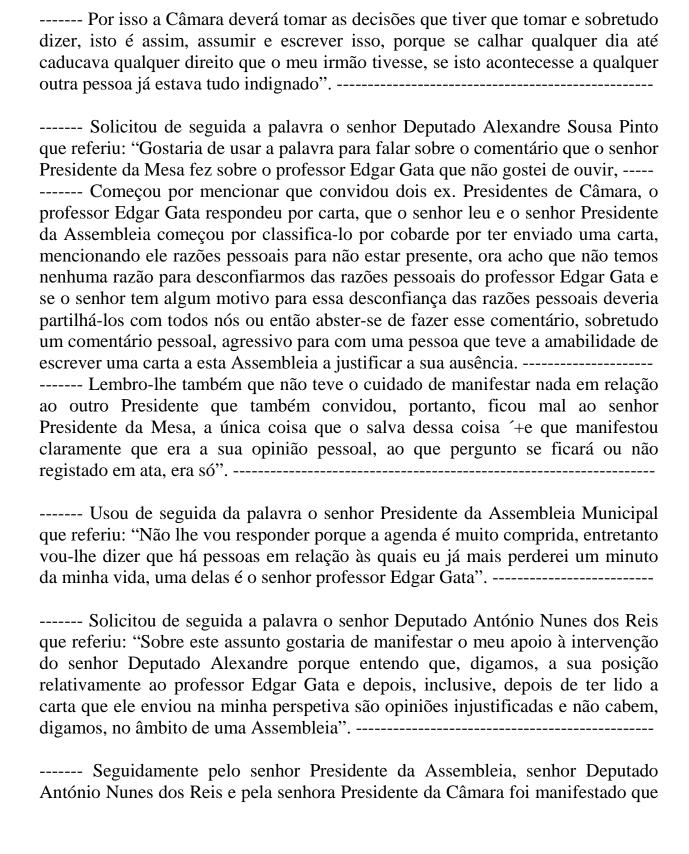
Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

Pág. 9

em tribunal quem não vai para tribunal fica à espera que a Câmara diga assim, este tipo é porreiro vamos lá compensá-lo mas a Câmara não faz nada disso, antes pelo contrário, o senhor está bem deixa-o estar não vamos lá, passa um, passa outro, eu vim uma série de vezes à Câmara, mesmo nos mandatos das outras pessoas, nomeadamente no mandato do senhor José Santos que foi, como se costuma dizer, começou a cheirar mal, já tinha tempo demais para poder cheirar bem, já estava a cheirar muito mal, para ver o ponto de situação e aquilo estava sempre nos advogados, acho eu, até que cheguei a um ponto em que pensei que aquilo estava resolvido e afinal não estava, continuou, houve mais um mandato da atual Presidente e as coisas sem se resolverem, portanto acho que fazendo o ponto da situação para não gastar muito mais tempo de quem aqui está, acho que a Câmara Municipal deveria liquidar o que tem para liquidar ao meu irmão, aliás o prazo que o meu irmão deu foi de quinze de dezembro, faltam dois dias e deveriam renovar a licença de construção a custo zero e por um período suficientemente alargado, por outro lado, isto no que respeita aqui, em relação aos terrenos na Zona Industrial dá-me a ideia de que ainda temos um condicionamento que são os pareceres, eventualmente, desfavoráveis de entidades nossas conhecidas como o ICNF que não sabe distinguir entre sobreiros de cortiça e sobreiros que nunca darão cortiça de uma forma rentável. ----------- Isso efetivamente para um particular é muito mais complicado e quem tem a obrigação e o dever moral também de tratar disso é a Câmara Municipal. ---------- Se a outorga daqueles terrenos como terrenos de construção para o meu irmão poder, enfim, vende-los ou não para de alguma forma poder compensar aquilo que lhe foi espoliado, se depende de pareceres ainda, quer dizer que se os pareceres vierem desfavoráveis temos outra vez outro problema e se temos outro problema possivelmente o meu irmão não irá aceitar isso porque alguém tem que ser responsável. ---------- Quem vai para tribunal demora anos e anos mas, quem foi para tribunal já tem o problema resolvido há não sei quanto tempo e até de uma maneira, segundo dizem, por valores que não tem nada a ver, quem se acomodou e disse vamos lá resolver, vamos lá para o diálogo continua, passados estes anos todos sem estar resolvido e pelos visto ainda condicionado aos pareceres e no final poderão não ser favoráveis, aí a Câmara tem que compensar o meu irmão se esse parecer inviabilizar no que respeita ao terreno de cima. ----------- No terreno de baixo acho que só falta acabar de nivelar aquilo, já está nivelado em relação ao arruamento que sobe falta, em relação ao que vem da EN 221 aí é que ainda não está como deve ser. ------



Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12





Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

Pág. 11

o funcionário da Autarquia, senhor Victor Rentes, iria deixar de estar presente nas sessões da Assembleia Municipal. Tendo o mesmo agradecido, bem como o senhor Deputado António Nunes dos Reis e a senhora Presidente da Câmara o trabalho realizado pelo referido funcionário.

----- Seguidamente usou da palavra a senhora Presidente da Câmara Municipal tendo referido:

Esta Assembleia Municipal ocorre num contexto simbólico, considerando que se realiza um ano após as eleições autárquicas que ditaram uma expressiva votação para a eleição da Presidente da Câmara.

O mesmo é dizer: Os Cidadãos não tiveram dúvidas, nem hesitações na escolha.

Mesmo sabendo que os órgãos autárquicos são colegiais, e diversos, a especificidade destas eleições sempre levou a que os cidadãos as associassem, por regra, à Presidência da Câmara.

O mesmo é dizer: Os cidadãos exploram a pessoalização da eleição com tudo o que daí possa advir de positivo, negativo ou assim-assim!

Uma pessoalização que, após a eleição, mantém-se no que deve ser entendida a liderança, mas desdobra-se parcialmente para dar corpo à função colegial plasmada na Lei, que refere, e cito:

- "1 O Presidente da Câmara Municipal é coadjuvado pelos vereadores no exercício das suas funções.
- 2 O Presidente da Câmara Municipal atribui funções aos vereadores".

Dito de outra forma: O Presidente atribui funções mas coordena.

Ouve e decide.

Em suma, o Presidente não se esfumaça!

Desde o primeiro momento e que iniciei as funções de Presidente da Câmara, sempre transmiti a mensagem de autonomia e liberdade.

Princípios sintonizados, bem entendido, com a matriz da gestão autárquica legitimada.

Tenho para mim que o Presidente não deve ter como essência impor regras ou forçar vontades, mesmo que tenha essa facilidade, em função do que lhe é dado pelo poder da liderança e da coordenação política, principalmente se estivermos num contexto de maioria, como é o caso.



Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

Pág. 12

Mas mesmo se assim não fosse, devo recordar que a aritmética política do anterior mandato era substancialmente diferente, e não foi isso que melindrou a liderança autárquica, u prejudicou os que se pretendia em sede de gestão municipal.

Gerir uma instituição, e principalmente gerir uma instituição que é legitimada pelo voto e pela apreciação popular, não é seguramente tarefe fácil.

Gerimos dinheiros públicos, zelamos pelo seu bom emprego, gerimos, lideramos e coordenamos pessoas, sejam ou não, as que trabalham para a instituição.

Daí que a gestão sem rumo, arbitrária, sujeita ao que uns dizem e outros induzem, só pode originar uma instituição anárquica, ineficiente e inoperante.

Pugnamos por uma gestão eficaz e feliz, bem contrária para o que alertava um filósofo da Roma antiga a propósito da infelicidade: "quando o que foi vício se transforma em costume já não há remédio algum".

Mal da gestão que se norteia por sectarismos;

Parcialidade;

Ou questões pessoais, em que se sacrifica a eficiência a favor do revanchismo;

A necessidade coletiva, a favor de caprichos individuais;

Ou, pior ainda, assumir posturas onde a única convicção não é fundamentar um pensamento, mas tão só engendrar obstáculos.

Este governo autárquico tem-se mostrado diferente de outras experiências governativas também pela mentalidade.

Se assim não fosse, Freixo não teria mudado, e não estaríamos, desde há 5 anos a esta parte, a sentir, factualmente, os efeitos positivos dessa mudança.

Bem sabemos que os oposicionistas nunca perceberão que, sim é possível, haver decréscimo da dívida e fazer algum investimento.

Nunca perceberão que ajudar as pessoas não é usá-las.

Ajudar, é dar mais dignidade social a quem precisa.

Ajudar com critério.

Bem sabemos que os oposicionistas sonham, dia após dia, em criar obstáculos e entraves como se isso derrubasse uma gestão autárquica.

Esquecem-se, perdoem-me a expressão, que o único prejudicado da política do bota abaixo", é a população.

Mas factos sã factos, e vamos a eles.

Este é o governo autárquico do rigor financeiro: já baixámos 6 milhões de euros na dívida herdada.

Este é o governo autárquico da sensibilidade social, como atestam os apoios a quem mais precisa, e as políticas criadas pelo atual governo autárquico.



Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

Pág. 13

Lembro o apoio ao transporte a doentes oncológicos, o apoio com enxoval aos recém-nascidos e o fundo de apoio social para a habitação.

Este é o governo autárquico que devolveu ao concelho o dinamismo económico que faltava, que o digam os empresários da restauração, hotelaria e comércio.

Este é o governo autárquico que encara as relações transfronteiriças com a seriedade e estratégia que elas exigem. Quem não se recorda dos discursos do Presidente Silva a defender os benefícios do relacionamento com os vizinhos espanhóis?

Este é o governo autárquico que devolveu ao concelho a vitalidade da feira do mês.

Este é o governo autárquico que aposta na promoção e visibilidade do território.

Mas fazemo-lo com método e orgulho Freixenista.

O mesmo é dizer: não vendemos uma imagem do que não temos, mas promovemos o que temos e muitos não têm.

Não aproveitamos o espaço mediático para retóricas inconsequentes e miserabilistas que nada resolvem!

Este é o governo autárquico que promove o seu património e organiza eventos que o rentabilizam, de que é exemplo o Mercado Medieval.

A este propósito relembro aos oposicionistas que compararam os custos do Mercado Medieval com outras Feiras Medievais organizadas pela mesma empresa, que a diferença justifica-se pela oferta e qualidade de animação.

Não se pode comparar o que não é comparável. Por essa lógica, os oposicionistas também não entendem porque um Cristiano Ronaldo ganha milhões, e um jogador de um clube secundário ganha centenas de euros? Não são jogadores de futebol? Haja seriedade e rigor no que se diz e divulga!

Mais!

Pergunto aos senhores vereadores do PS o que é que já fizeram na vida que lhes deia autoridade para falarem de incapacidade de gestão por parte deste Executivo, ainda não fizeram nada que lhes deia essa autoridade nem vão fazer nunca.

Incapacidade de gestão tiveram aqueles que aqui fizeram parte de órgãos como a Assembleia Municipal e permitiram eu a gestão anterior da Câmara deixasse uma dívida colossal para a dimensão que essa Câmara tem.

A gestão anterior chegou ao fim de oito anos com uma dívida de 19 milhões e nesse montante oito milhões e novecentos mil euros eram dívidas de curto prazo, dívidas a fornecedores. Sete milhões diziam respeito à dívida feita até 2012 para a qual foram feitos os empréstimos do PAEL e Reequilíbrios e um milhão e



Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

Pág. 14

novecentos mil euros correspondem ao aumento da dívida em 2013 para a qual não houve financiamento.

Quase quatro milhões foram para pagar a um único fornecedor, a MJC. Desde 2005 a dívida foi sempre aumentando até chegar aos dezanove milhões.

Hoje ao fim de cinco anos de governação e sem margem financeira para nada a dívida baixou seis milhões, temos dois milhões e quatrocentos e dezasseis mil euros de dívida a curto prazo da qual um milhão oitocentos e dezoito mil euros são respeitantes a fornecimento de água, tratamento de águas residuais e recolha de resíduos sólidos.

Portanto a dívida a outros fornecedores retirando os três referidos é de seiscentos mil euros.

Incapacidade de gestão têm também aqueles que nem sequer sabem ler e interpretar o que vêm na BASE GOV.

Antes de começar a responder ao comunicado do PS quero mostrar o mapa que saiu nos meios de comunicação que mostra a capacidade de governação dos diversos Concelhos, Freixo aparece nos capazes.

1 – Então comecemos pelo índice de transparência:

Começo por questionar a oposição se sabe como é elaborado o índice de transparência? Provavelmente não sabem mas vão passar a saber. O índice de transparência municipal é uma avaliação anual de informação de interesse público disponibilizada pelos 308 Municípios nos seus WEBSITES oficiais em sete áreas distintas.

Então a oposição que nos apelida de gastadores acha que devíamos gastar recursos disponíveis a colocar informação no WEBSITE do Município quando os Munícipes têm acesso a toda a informação? Acham que devíamos promover informação no WEBSITE quando existe uma grande faixa da nossa população que não tem acesso à internet? Não será preferível utilizar os recursos da WEB que são limitados, na promoção do que de bom se faz em Freixo de Espada à Cinta?

O carater e a honra das pessoas não se medem nos índices de transparência, por essa razão não trabalhamos para os índices mas sim trabalhamos para os Freixenistas e para o seu bem-estar.

2 – Fatura da água.



Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

Pág. 15

Quanto a esta acusação basta mostrar o mapa da ERSAR, entidade reguladora dos serviços de água e resíduos, onde são apresentados os valores de referência tendo em conta o consumo mensal de 10m3/mês.

Neste mapa os Concelhos com encargos mais baixos são representados com a cor mais clara. Se ninguém for daltónico vê que o Concelho de Freixo de Espada à Cinta se encontra com a cor mais clara.

Mais uma vez aqui está a prova de quem diz a verdade. Além de que somos obrigados por Lei a ir fazendo aumentos, a mesma Lei que impôs um PAEL que a senhora Vereadora Antónia Coxito tão bem elaborou onde nos comprometeu a todos a ter que cumprir com uma série de aumentos incluindo o da água.

3 – Ilegalidade das atas.

Deste assunto nem vale a pena perder tempo a responder pois a falta de capacidade de entendimento por parte de algumas pessoas é tão grande que explicar o que quer que seja é perda de tempo.

4 – Mercado Medieval.

Há um contrato de ajuste direto com a Velha Lamparina no valor de 39.090€+ IVA.

Este contrato engloba a organização do evento, toda a animação, decoração e estadia de 71 pessoas.

Em Melgaço a Velha Lamparina só é contratada para parte da animação de que fazem parte 29 pessoas.

Em Freixo tivemos um torneio a cavalo, dois espetáculos de fogo e empréstimo de materiais para a ceia, em Melgaço não houve torneio a cavalo, só um espetáculo de fogo e não há empréstimo de materiais para a ceia.

As duas situações têm tudo para ser comparáveis.

O contrato do Mercado Medieval entrou na candidatura do PARU, tendo sido financiado em 25.500€IVA incluído, o que quer dizer que o Município teve uma despesa de 18.358,29€+ IVA.

Suportámos o mesmo que Melgaço.

Não tem nada a ver com o que os senhores do PS apregoam.

O contrato de ajuste direto com a EXOTERRA é de 11.245€+ IVA.

São a aquisição de tendas que servem para várias atividades de animação incluindo o Mercado Medieval, no ano anterior foram adquiridas algumas e este



Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

Pág. 16

ano mais umas quantas. Isto é investimento para vários anos, logo não pode ser acrescentado ao que se gasta com o Mercado Medieval.

Mais uma vez os senhores não têm noção nenhuma do que andam a apregoar.

5 - Piscina + Gimnodesportivo

Contratos de eficiência energética em 2014, candidaturas que vinham do anterior Executivo:

Gimnodesportivo – 73.350€+ IVA (6%) – 77.751€

Piscina – 121.830 \leftarrow IVA (6%) – 129.139,80 €

O gimnodesportivo foi comparticipado em 48691,52€IVA incluído, o Município suportou 29.059,48€, não tem nada a ver com o que os senhores dizem.

A Piscina foi comparticipada em 67.607,75€IVA incluído, o Município suportou 61.532,30€

Volto a frisar esta candidatura foi deixada pelo anterior Executivo, tivemos que a levar até ao fim.

Quanto aos contratos com a empresa BIOHOT/GEOBIO, mais umma vez mostram muita ignorância, falam o que não s bem mesmo, os contratos são feitas não são para fornecimento de pellets como os senhores dizem, são contratos para aquisição de gestão térmica do sistema de produção de energia térmica para a Piscina e para o Gimnodesportivo.

Contratos:

Setembro 2015 – 23.43,78€

Fevereiro 2016 – 23.210,39€

Outubro 2016 – 24.968,46€

Março 2017 - 44.018,46€(1 ano)

Março 2018 – 41.259€(Só foi parcial uma vez que a piscina fechou)

TOTAL – 131.936,60€

De 131.936€para 200.000€de que os senhores falam ainda vai uma diferença de 68.063€

Isto também serve para que os senhores fiquem a saber o que custa à Câmara manter a Piscina aberta, além do fornecimento da água quente temos mais a luz os produtos químicos os produtos de limpeza, etc.

6 – Casa do Vale – Vendedor Jorge Trigo prima da senhora Vereadora Antónia Coxito.



Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

Pág. 17

Afirmam os senhores que a escritura foi feita num domingo antes das eleições do dia 24/09/2017, pois a escritura foi feita numa segunda-feira andes das eleições de 25/09/2017, como poderão confirmar junto do cartório notarial de FEC e tem o n.º de processo 50394/2017.

O documento que insinuam ser a ata da escritura é a informação interna que é levada à reunião de Câmara para conhecimento, por acaso tinha um lapso no dia, será que isso casou algum prejuízo ao Município?

Quanto à insinuação de que a compra foi feita para obter dividendos políticos, pode dizer-se que o proprietário da casa do Vale era o senhor Jorge Trigo, não é eleitor em Freixo de Espada à Cinta, que eu saiba, mas é primo direito da Dr.ª Antónia Coxito candidata n.º 2 à Câmara Municipal nas eleições de 2017 pelo PS, a qual não tem um pingo de vergonha, pois até se aproveita de uma transação imobiliária feita por este seu familiar com a Câmara Municipal, de modo a lançar a confusão na opinião pública e assim tentar ela tirar os devidos dividendos políticos que tanto ambiciona.

Os senhores do PS põem em causa o facto de a dita escritura ter sido feita antes das eleições, mas não põem em causa uma outra escritura feita no dia 28/09/2017, três dias antes das eleições para aquisição de um direito de servidão de passagem ao Dr. António Augusto Massa por 45.000€, que tinha sido negociada pelo anterior Executivo com a obrigação de esta paga em 2011.

Despesa essa que poderia ter entrado no empréstimo do PAEL elaborado pela Dr.^a Antónia Coxito e que ficou de fora. Pergunto-lhe a essa senhora se foi por desleixo, falta de transparência ou incompetência que isso aconteceu.

7 – Aquisição de bens para a promoção de recursos naturais.

Mais um assunto referido pelos senhores Vereadores do PS do qual têm completo desconhecimento do que se trata.

Dois contratos por ajuste direto no valor de 145.459,80€ IVA incluído, com a finalidade de bens para a promoção dos recursos naturais que são os percursos pedestres.

As empresas são distintas mas têm a mesma morada, não sei qual é o problema.

Temos o percurso da grande rota – contrato 29/2017/DTOUH no valor de 72.545,40€IVA incluído.

Esta grande rota engloba quatro Concelhos, começa em Miranda do Douro, passa por Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta e termina em Moncorvo. Neste



Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

Pág. 18

percurso Freixo tem cerca de 57 km, somos o concelho com mais extensão no percurso.

Contrato 28/2017/DTOUH, são quatro pequenas rotas no Concelho de Freixo, com um valor de 72.924,40€IVA incluído.

Temos uma rota em Lagoaça e Fornos, outra em Mazouco, outra em Poiares e outra em Ligares.

Resumindo o valor total com IVA incluído dos dois contratos é de 145.459,80€, o Município tem o apoio comunitário de 123.640,83€, portanto só temos de suportar o valor de 21.818,97€ e não 150.000€ como os senhores vereadores do PS apregoaram no seu comunicado.

8 – FFIL – Temos um ajuste direto com a Editorial Novembro de 34.500€+ IVA.

Este contrato foi também cofinanciado com apoios comunitários, também faz parte da candidatura do PARU.

O financiamento foi de 20.724,69€ IVA incluído, tendo o Município suportado 17.650,66€e não os 34.500€que os senhores Vereadores disseram.

9 – No caso da viatura, a mesma não foi adquirida, foi alugada através de um sistema de renting em que todos os custos de manutenção da viatura não são da responsabilidade do Município, ou seja, o único custo que o Município tem com este carro é só e apenas o combustível necessário para que ele possa andar.

Feitas as contas, quatro anos a pagar o aluguer do veículo, o município só terá de pagar, se quiser ficar com o mesmo, o valor pré-acordado, o chamado valor residual que não é o valor de mercado do carro.

Dão o exemplo do veículo adquirido pelo Município de Ourém, mas mais uma vez não dizem tudo... A ausência de transparência é algo que não se adequa ao atual Executivo, sendo o adjetivo que se deve aplicar à atual oposição... Vamos colocar as coisas em pé de igualdade, o valor das rendas que o Município irá pagar em 4 anos é de 31.675,68€ valor sem IVA, sendo o valor total com IVA de 38.961,12€ O carro que apregoam custar apenas 32.000€ custa na verdade 32.500€ sem IVA, ou seja 39.975€ com IVA. Valores muito semelhantes. É uma verdade que o nosso veículo não é propriedade do Município da mesma forma que também não é responsabilidade nossa, o seguro, IUC e todo o tipo de manutenções necessárias (pneus, mudanças de óleo, mudanças de peças...). Já no caso de Ourém o Município tem o carro como património (o que a nosso ver não traz qualquer benefício) da mesma forma que terão que ser estes a pagar o IUC, Seguros, etc.



Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

Pág. 19

agora a questão é, qual o veículo que nos próximos quatro anos irá ficar mais oneroso?

Pois, olhando só para os valores é o de Ourém... o resto é uma mera questão de gestão... a título de exemplo, grande parte das empresas em Portugal utilizam o sistema de renting para a sua frota automóvel, isto porquê? Porque o valor de mercado dos carros diminui drasticamente... e os maus gestores somos nós... de referir ainda que, mesmo que o Executivo quisesse adquirir o veículo não o poderia fazer, pois neste momento não possuiu a liquidez necessária para efetuar a aquisição a pronto pagamento, nem o poderia fazer através de um empréstimo, pois como bem sabe a Vereadora senhora Antónia Coxito, a contratação de empréstimos está vedada pelos programas do PAEL e Reequilíbrio Financeiro, à exceção dos que a Lei permite fazer, não havendo nenhum disponível para a aquisição de viatura.

10 – Obras no Castelo

No caso do Castelo os senhores Vereadores falam em gastos na ordem dos 400.000€

Ajustes diretos

Empresa Archeo/Estudos – Contrato 6/2014 – Aquisição de serviços arqueológicos

15.900€+ IVA – Apoio comunitário 16.623,45€, Município assume 2.933,55€ Empresa Archeo/Estudos – Contrato 13/2015 – Prestação de serviços para trabalhos arqueológicos na envolvente do Castelo

22.100€+ IVA – apoio comunitário 23.105,55€município suporta 4.077,45€ Empresa Archeo/Estudos – Contrato 11/2016 – Prestação de serviços para trabalhos arqueológicos na envolvente do Castelo, Fase II – 22.000€ + IVA, não foram contemplados na candidatura por não estarem inicialmente previstos, neste caso o Município assume a totalidade dos custos.

Empresa Archeo/Estudos – Contrato 17/2017/DTOUH – prestação de serviços para trabalhos arqueológicos na envolvente do Castelo – Fase II

73.500 + IVA – apoio comunitário de 77.405,63€, o Município assume 13.606,88€

Empresa Arq.OF – Contrato 8/2016 – Elaboração do projeto de arquitetura do arranjo da zona envolvente do Castelo

44.510€+ IVA – apoio comunitário 46.532,21€ o Município assume 8.212,10€



Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

Pág. 20

Empresa Arq.OF – Contrato 2/2017 – Requalificação e valorização do Castelo, atualização do projeto para adaptação às condições atuais da empreitada e assistência técnica

71.078€+ IVA – apoio comunitário 74.323,55€ o Município assume 13.115,92€ Topogonal – contrato 7/2017/DTOUH – Valorização do Castelo e sua envolvente – Levantamento tridimensional de estruturas arquitetónicas e arqueológicas 71.900€+ IVA – Apoio Comunitário 75.171,45€, o Município assume 13.265.55€ Dos contratos mencionados num total de 395.136,27€ com IVA incluído, o apoio comunitário é de 312.864,83€, assumindo o Município a importância de 82.271,44€ e não 400.000€ como os senhores Vereadores do PS insinuaram no seu comunicado.

11 – Limpeza das ruas municipais

Relativamente ao contrato de limpeza de ruas municipais de facto há um contrato com uma empresa chamada FCC – Fomento de Construciones e Contratas, SA e nós vemos a FOCSA a realizar o serviço... Isto acontece porque são a mesma empresa, ou seja, a FOCSA faz parte do grupo FCC... Ou os senhores da oposição "não vêm nada" disto ou então mais uma vez estão a tentar ser opacos, para tentar enganar os Freixenistas e lançar a confusão com mentiras descaradas.

A limpeza das ruas tem a ver com a varredura e com a empresa FCC, os contratos feitos para limpeza de espaços públicos e limpeza de vias municipais são feitos com uma empresa local e foram dois:

Contrato 20/2018 DTOUH – Limpeza de espaços públicos – 19.900€ Contrato 12/2018 DTOUH – Limpeza de vias municipais – 12.700€

12 – Juventude em Movimento

Pois de facto atribuímos subsídios às Associações, a todas as que têm protocolos com o Município e, fazemo-lo para que estas possam honrar os compromissos assumidos, assim acontece com a Associação dos Bombeiros, CASC, Banda de Música e também com a Juventude em Movimento. Temos a noção dos compromissos que esta associação tem assumidos e também temos a certeza de que quem está à frente desta não gasta o dinheiro de todos desnecessariamente ou em coisas fúteis, existem pessoas que dependem dos valores transferidos para a associação, uma situação que já herdámos do anterior Executivo e que não queremos deixar a associação numa situação complicada caso deixemos de



Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

Pág. 21

transferir esses valores. Mas lançamos aqui um desafio, senhora Vereadora Antónia Coxito, apesar de não saber o que é estar à frente de uma associação, pois nunca quis ou teve oportunidade de trabalhar gratuitamente para a comunidade, não quer revelar quais eram os valores que esta associação recebia quando era Chefe de Divisão? Alguma vez questionou a associação para onde ia o dinheiro que transferiam para a mesma? Nós temos o cuidado de supervisionar tudo. Ao senhor Nuno ferreira questionamos, sabe quanto é que recebeu a Juventude em Movimento quando você foi Presidente da mesma? Porque abandonou a presidência? E, enquanto Presidente da Banda de Música quanto "levou" a associação? Alguma vez o Executivo levantou algum tipo de suspeitas pela forma como gastava o dinheiro que recebia? Mais ainda, o que é que aconteceria se o executivo deixasse de atribuir o subsídio à associação? Porque é que, mais uma vez, o senhor Vereador abandonou a presidência de outra associação se o Executivo lhe dava todas as condições financeiras e logísticas necessárias? Mais, porque razão os membros dos corpos gerentes aos quais presidia começaram a demitir-se? Vamos falar a verdade e ser transparentes.

Pois nós não fugimos aos compromissos assumidos feitos cobardes, nós olhamos para os problemas das Associações e decidimos... Não deixamos nem abandonamos ninguém fazemos os sacrifícios necessários para honrar os nosso compromissos e os das nossas associações, não abandonamos os amigos nem os Freixenistas.

13 – Horas extraordinárias e ajudas de custo

Como os senhores Vereadores sabem os trabalhadores têm direitos, da mesma forma que, tem obrigações.

Um dos direitos que têm é o de receber as ajudas de custo e escolher entre gozar horas ou receber esses valores. Bem sabemos que, outrora a Lei não era cumprida, nós porque somos pela verdade e pela transparência, cumprimos a Lei. Questiono, os senhores, como funcionários do Município alguma vez abdicaram das vossas ajudas de custo? Então porque razão outros haveriam de abdicar? Pois se a voz vos fez falta, com o vencimento de cerca de 1.000€um e 2.000€outro, será que também não faz falta a outro funcionário que recebe o ordenado mínimo?

14 – Contratos de ajuste direto



Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

Pág. 22

Pis por sermos transparentes e verdadeiros defensores da verdade não temos receio de mostrar o que é feito no Município. N referido site, toda a gente pode ver os contratos celebrados e com quem os ccelebramos, também informamos que nesse mesmo site se pode ver que Alfandega realizou 96 contratos, Mogadouro 1189, Vinhais 119, Carrazeda 111, etc. Mas vocês acham que deveríamos simplesmente parar de trabalhar? Fechar a porta da Câmara? Ou acham que deveríamos fazer contratos às escondidas de todos? É que nós sim defendemos a transparência...

Este é o governo autárquico que defende, promove e revitaliza um património único e exclusivo de Freixo.

Do abandono e desleixo do passado vivemos o presente onde incrementamos o futuro.

Este é o governo autárquico da audácia, que não desiste, que não se resigna, que avança.

Este é o governo autárquico que, apesar da dívida, gere a coisa pública com um rigor e é referenciado por relatórios independentes com um Concelho capaz.

O mesmo é dizer: há uma gestão autárquica que trabalha para que o Concelho não tenha o estigma da interioridade com o que de negativo se lhe associa.

Este é o governo autárquico que, ao apreciar recentes comportamentos eufóricos que não têm igual correspondência na avaliação que é feita pelos cidadãos, só pode dizer: não tenham pressa em perder as próximas eleições autárquicas!

Dr. Reis

Quanto aos pedidos feitos pelo senhor membro da Assembleia Dr. Nune dos Reis ao senhor Presidente da Mesa Câmara da Assembleia tenho a dizer:

Em relação ao primeiro pedido, não lhe dou qualquer informação porque a mesma é dada nas reuniões de Câmara e as atas respeitantes a estas são enviadas a todos os membros da Assembleia Municipal.

Quanto ao segundo pedido o assunto é grave, pois não sabia que o senhor agora também é polícia de investigação.

Quantas vezes é que eu lhe perguntei p que comprou u deixou de comprar enquanto ocupou o lugar de Diretor Geral dos Impostos?

Alguém da sua bancada no anterior mandato teve o trabalho de procurar os artigos dos jornais que falavam da sua exoneração e de mos entregar para que eu o pudesse confrontar nas Assembleias, alguma vez eu Maria do Céu Quintas o fiz? Não senhor Dr. Reis.



Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

Pág. 23

Porque normal é julgarmos os outros por aquilo que cada um de nós é capaz de fazer.

Lamento ter que pensar que andei enganada a seu respeito durante estes anos.

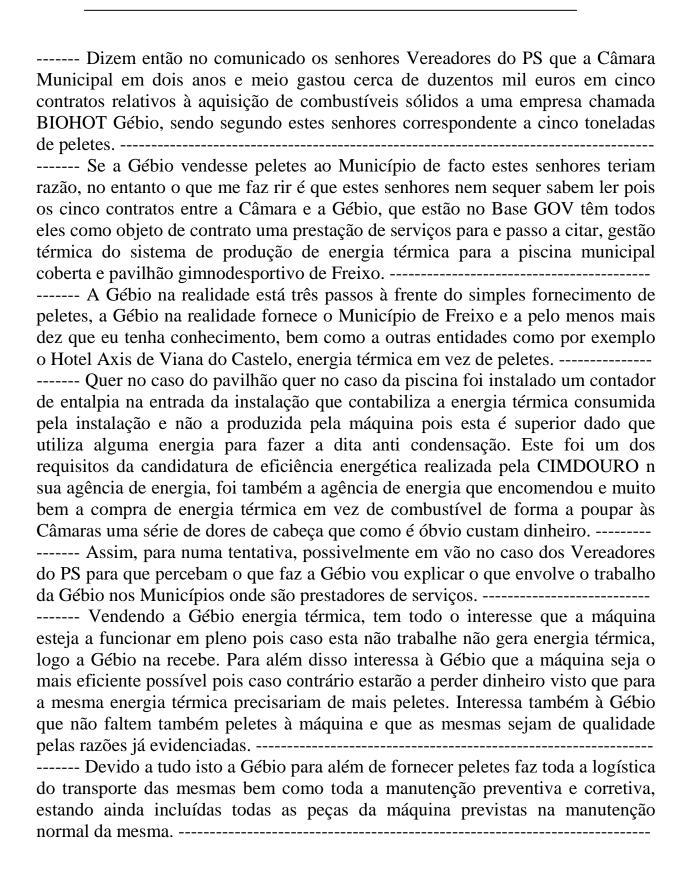
Ou o senhor está a mostrar o que verdadeiramente é, seja uma coisa ou outra tenho muita pena que assim seja.

E para acabar podem pedir à pessoa que fez a denúncia anónima que deu entrada no tribunal de Mirandela no dia 23 de julho de 2018 bem como uma outra denúncia para o ACT também no dia 23 de julho de 2018 contra o Centro Paroquial que faça uma denúncia contra a Presidente da Câmara porque comprou um terreno para transferir vinha.

----- Solicitou de seguida a palavra o senhor Deputado Ivo Quintas que referiu: "Vou começar por falar da minha intervenção na Assembleia anterior relativamente àquele ponto que ficámos de falar relativo à linha do douro, depois o senhor Deputado Manuel Frade também poderá dizer o que se passou. ----------- Chegámos à conclusão que o assunto estava a ser devidamente tratado pela CIMDOURO, não haveria grade coisa a fazer, aliás o assunto está a ser bem tratado de acordo com o que se passou na última Assembleia da CIMDOURO, todos os dezanove Municípios que a integram têm interesse em que a linha do douro seja aberta para Espanha e nesse aspeto estamos bem representados. ----------- Depois vou falar também um pouco relativamente ao comunicado do PS, foi distribuído pelas caixas de correio, não vou comentar grande coisa a não ser um ponto porque me fez rir e quase me fez chorar. ---------- Como dizia o meu professor de análise matemática na faculdade, o que torna as coisas difíceis é a ignorância, quando nada sabemos sobre um qualquer problema é óbvio que será difícil de resolver a não ser que primeiro o estudemos devidamente, infelizmente não foi isso que os Vereadores do PS fizeram e digo Vereadores pois foi os que assinaram o documento. ---------- Vamos então ao ponto que me fez rir e ao falar disto provavelmente um qualquer imbecil fará umas quadras para me caluniar ou uma queixa para um qualquer tribunal, ou até enviar um email para o senhor Presidente da Assembleia a perguntar onde compro peletes e a que preço e se porventura o meu fornecedor não vende também à Câmara. ----------- Quanto a isto será melhor esclarecer já o assunto já que só gasto desse combustível à cerca de dois meses e tenho fatura de todos os sacos que comprei bem como de algum caroço que também já gastei. -----

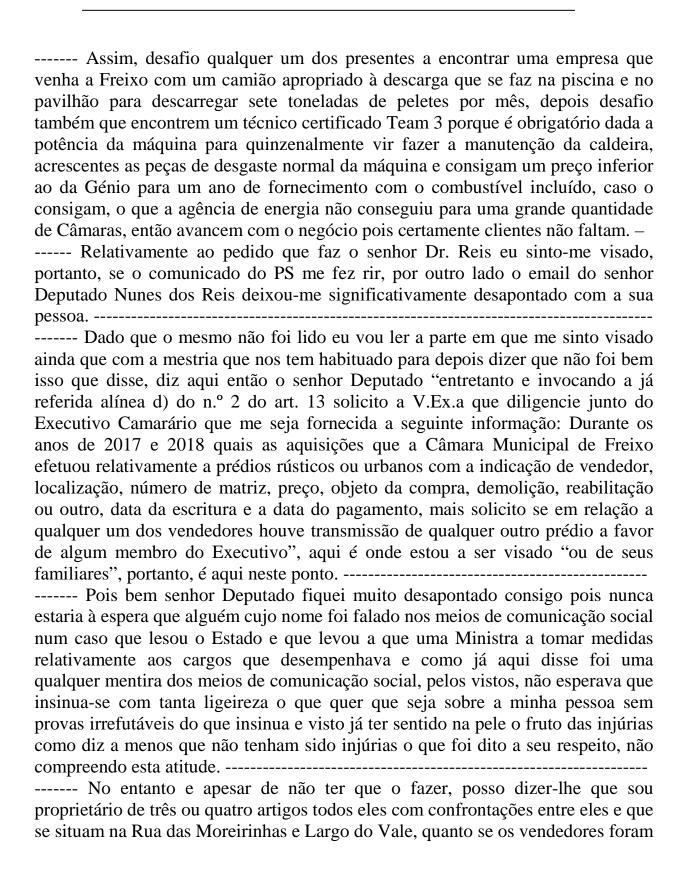


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12



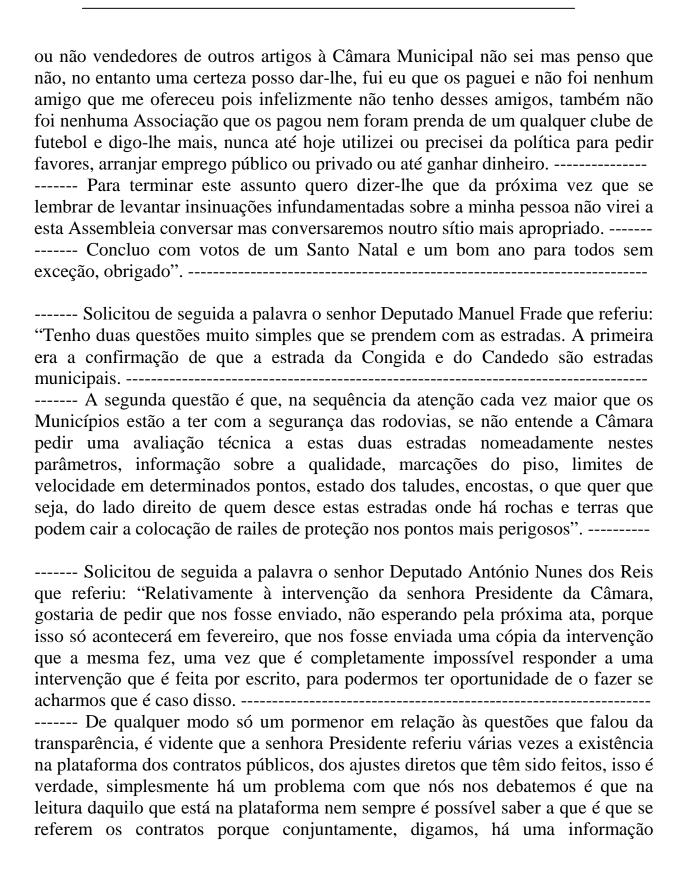


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12



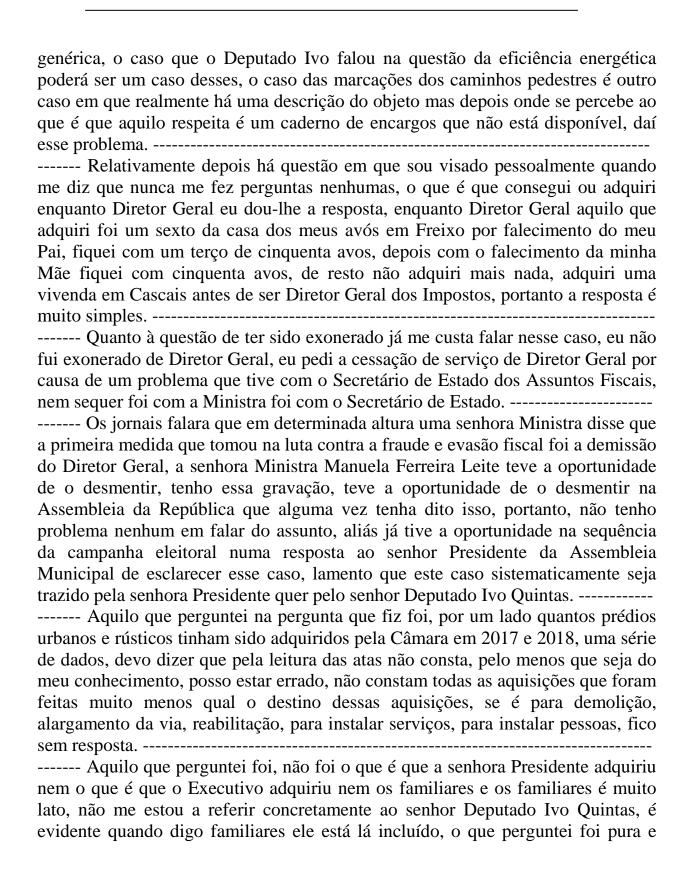


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12



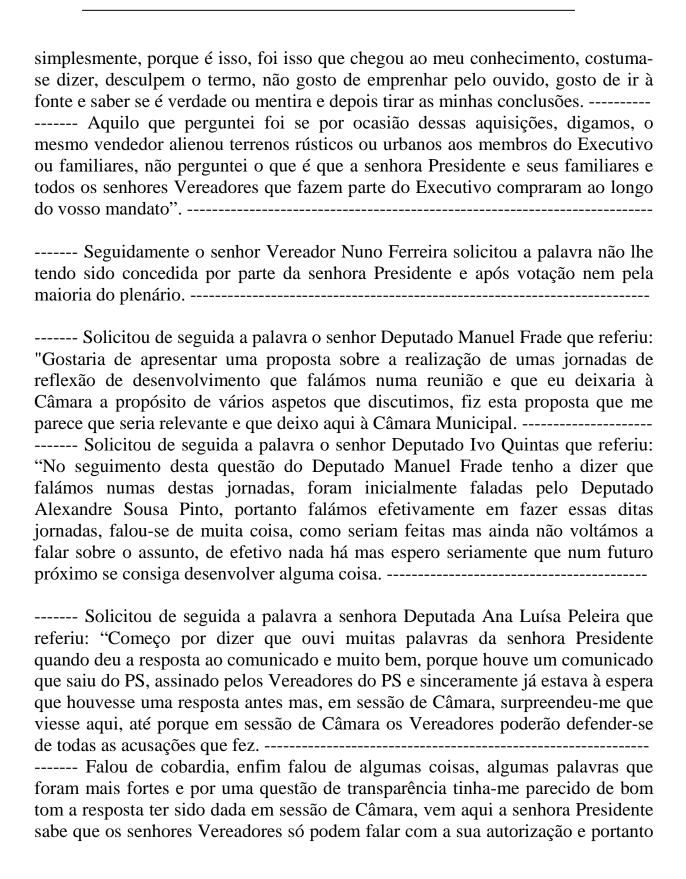


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12





Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12





Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

Pág. 29

Proposta de Voto de Louvor

A Bancada do Partido Socialista representada nesta Assembleia Municipal, destaca o papel da Casulo Dourado – Associação da Seda de Freixo de Espada à Cinta, na divulgação e projeção do nome da nossa terra, através das diversas iniciativas, contactos e parcerias, feitas com várias instituições e com o País que promove a nova Rota da Seda através da sua representante diplomática em Portugal.

A Casulo Dourado – Associação da Seda de Freixo de Espada à Cinta, nasce de uma vontade política mas não deve ser vista como um produto ou um projeto político. Apesar de ser uma Associação recente, a Casulo Dourado tem conseguido, apesar das dificuldades, expandir os produtos provenientes da seda e seus derivados, assim como promover uma série de manifestações culturais que têm contribuído sobremaneira para divulgar e elevar o nome de Frixo de Espada à Cinta.

Dentro da gama de produtos atualmente disponíveis, cuja procura ultrapassa em muito a oferta, destacam-se os licores de amora, os sabonetes com aromas derivados da seda, as gravatas, as écharpes, e toda uma gama de acessórios de moda relacionados com este nobre tecido.

Já ao nível cultural destacamos os protocolos que esta Associação tem celebrado com várias instituições escolares localizadas de norte a sul do País. Destaca-se ainda a colaboração com outros parceiros culturais, concretamente a embaixada da China, que trouxeram a Freixo eventos dos quais todos nos lembramos, como exposições, espetáculos de artes performativas e concertos em parceria com a nossa Banda de Música.



Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

Pág. 30

Ainda bem recentemente, no verão deste ano, realizou-se o "I Encontro de Artes e Saberes da Seda" que trouxe a Freixo não só obras de arte contemporânea, mas também os seus autores, artistas de renome internacional, como é o caso de Fernando Fragateiro.

Como resultado de todo esse trabalho, o Sr. Xi Jinping, Presidente da República Popular da China, uma das maiores potências mundiais, num importante artigo de opinião, publicado no Diário de Noticias (02/12/2018), reconheceu a importância da seda, referindo-se à nossa terra num contexto de trabalho e preservação deste tecido oriental e colocando-a no mapa da atualidade mundial. Este artigo levou a que o canal estatal de televisão Chines CCTV, viesse a freixo conhecer o processo artesanal da produção da seda, alcançando um público alvo de 50 milhões de telespetadores. Lamenta-se por isto que alguma comunicação social não destaque o papel desta Associação e teime em boicotar o trabalho que ali é desenvolvido.

Pelo exposto reconhecemos que será difícil em tão pouco espaço de tempo e com apoios tão limitados alcançar melhores resultados, e por isso consideramos de toda a justiça que o trabalho desta Associação na projeção do nome de Freixo de Espada à Cinta, no País e no estrangeiro, seja reconhecido.

Entende pois a Bancada do Partido Socialista representada nesta Assembleia, propor um voto de louvor à Casulo Dourado – Associação da Seda de Freixo de Espada à Cinta, esperando que esta Assembleia a ele se associe.

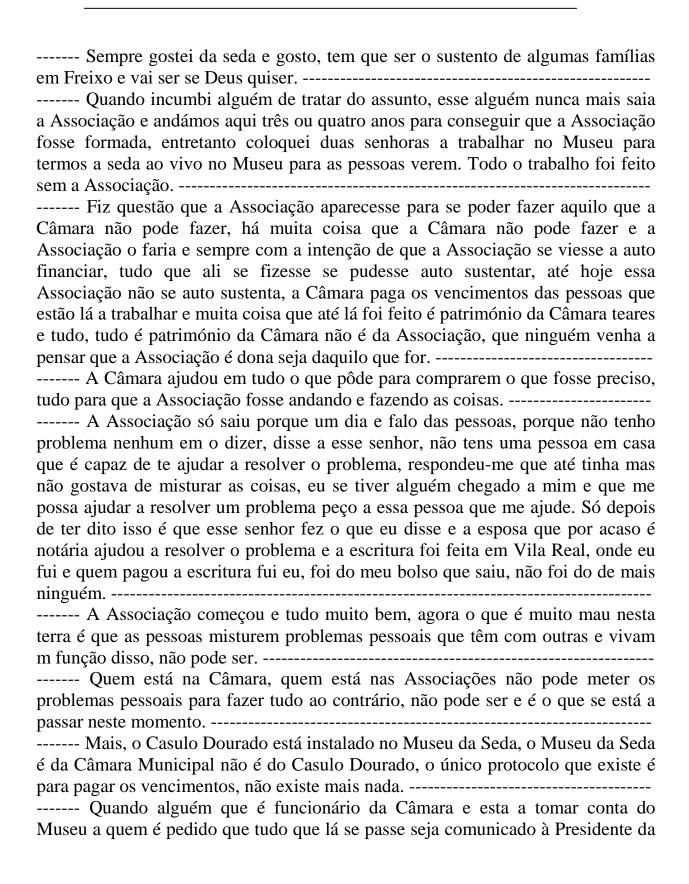
Freixo de Espada à Cinta, 10 de dezembro de 2018

A Deputada Municipal Ana Luía da Silva Peleira

Depois gostaria de ouvir a senhora Presidente se se associa a este voto de
louvor a esta Associação que tem promovido o que nós temos, a qualidade do que
é bom e é exclusivo de Freixo"
Usou de seguida da palavra a senhora Presidente da Câmara Municipal que
referiu: "Não sou a favor desse voto de louvor e já tomei essa posição em reunião
de Câmara
Em relação ao Casulo Dourado que toda a gente saiba que a Associação
nasceu porque a senhora Presidente da Câmara fez muita questão para que ela
nascesse desde o primeiro dia que aqui entrou

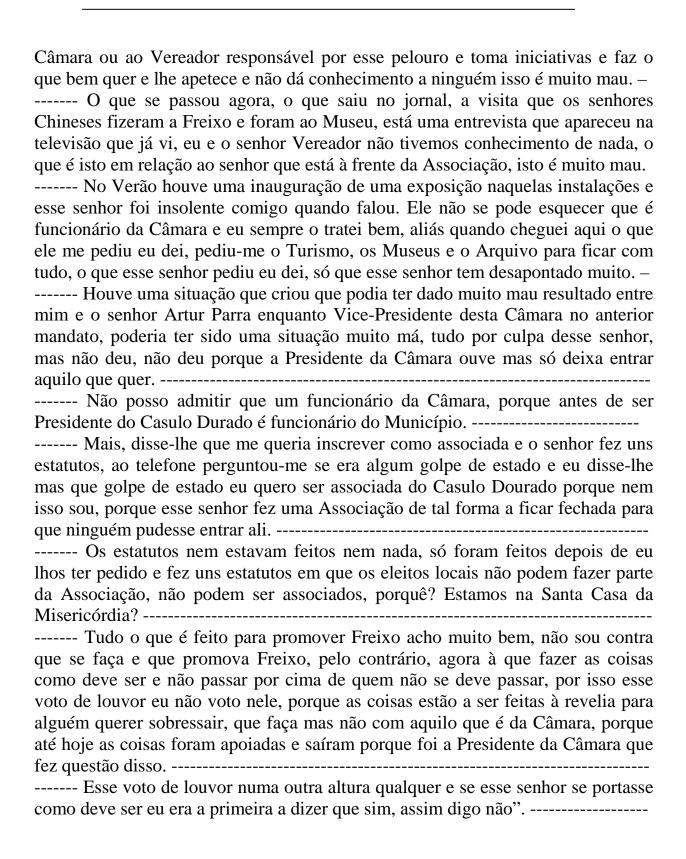


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12



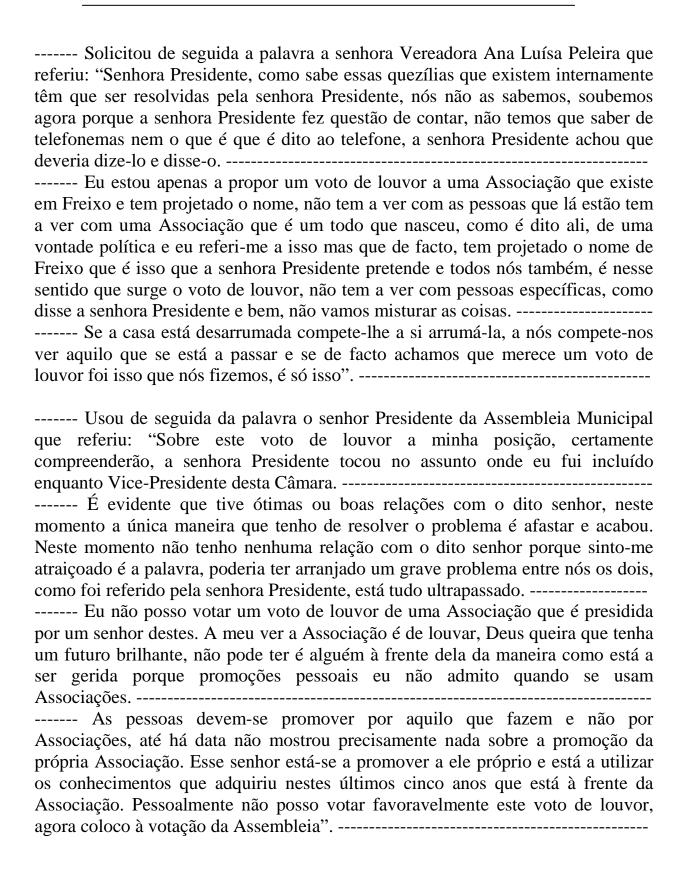


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12



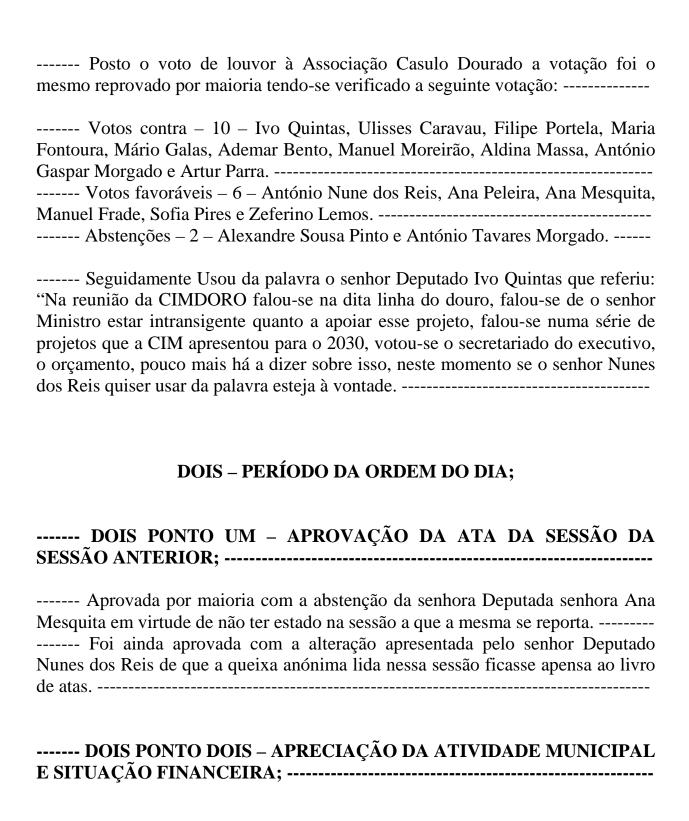


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12



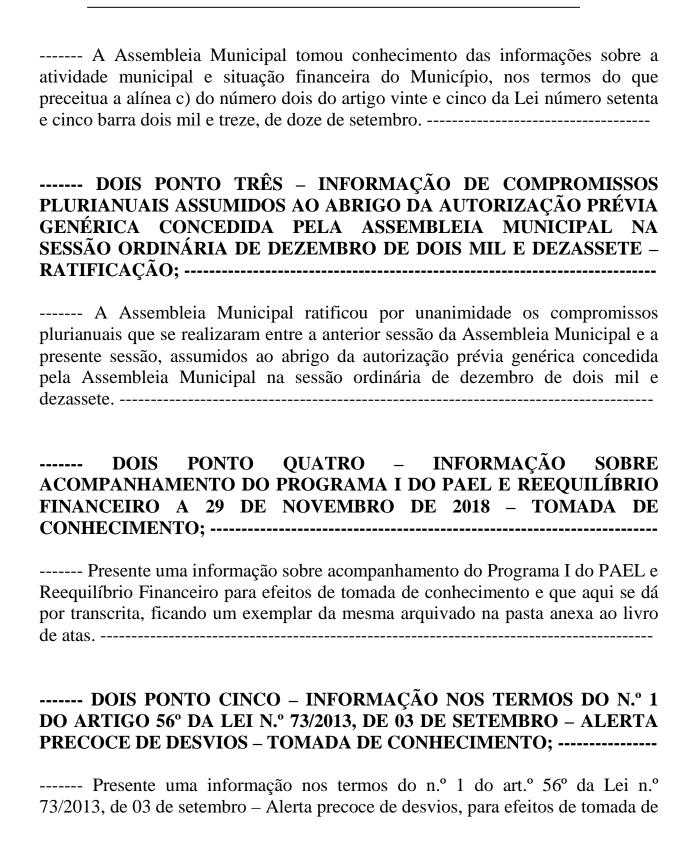


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12



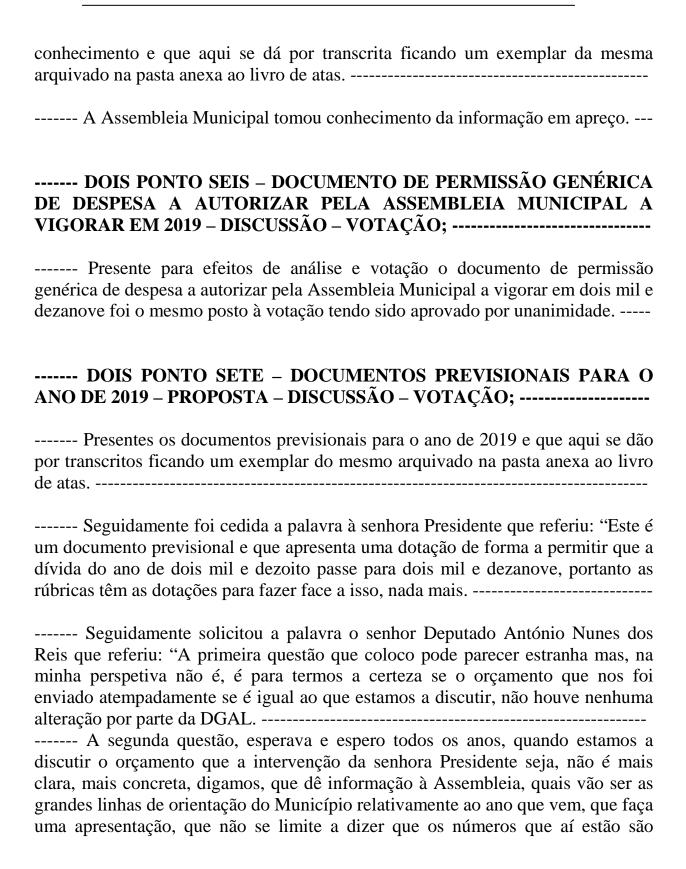


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12





Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12





Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

Pág. 37

aqueles que são necessários, que trace as grandes linhas em que se baseia para nos apresentar este orçamento mas, digamos, não é isto que tem acontecido, a senhora Presidente refugia-se muitas vezes numa frase dizendo que o orçamento é um documento técnico, eu entendo que o orçamento é um documento político porque é através desse orçamento que se definem as linhas que se querem para o Município e que, digamos, a oposição terá a oportunidade de contrapor ou de contestar ou de apoiar. ---------- Porque assim é e porque, digamos, da ata da câmara em que aprovou o orçamento também nada consta, consta curiosamente uma declaração para a ata dos Vereadores do PS e depois no fim o resultado da votação, dá a ideia que não houve discussão nenhuma na ata da Câmara, para a história não sabemos o que se passou e por isso nas mesmas situações vou colocar as mesmas questões para vermos se temos resposta. ---------- Isto parece um contra senso só que na Câmara não houve resposta e nós continuamos na dúvida sobre o que se passa. ----------- A primeira questão tem a ver com, relativamente ao orçamento do ano anterior há aqui um aumento de cerca de um milhão e setecentos mil euros, digamos, tem sido comum a afirmação do senhor Deputado Ivo Quintas na discussão dos vários orçamentos, não tem sido apenas com esta maioria, já acontecia com a maioria anterior, tem sido recorrente da parte dele dizer que uma Câmara com a dimensão de Freixo teria que ter um orçamento na roda dos oito milhões, acho eu que era este o valor que ele apontava. ---------- Temos aqui um aumento de despesa de um milhão e oitocentos mil que, fundamentalmente esse aumento de despesa tem a ver, desse um milhão e setecentos mil cerca de seiscentos mil tem a ver com um aumento com despesas com pessoal, tem-se verificado um sucessivo aumento do pessoal de 2016 a 2019, partido de um valor de cento e cinquenta e um neste momento temos um valor de cento e noventa funcionários, para 2019 estão previsto cento e noventa, isto se as despesas com pessoal representam um valor em termos de despesas correntes, um valor relativamente grande, digamos este aumento pode ser ainda mais preocupante. ---------- Depois, aquilo que tenho vindo a referir nas últimas intervenções que tenho feito a este propósito, por exemplo, que tem a ver com a tal rúbrica 02 que referi há bocado, 0202 aquisição de serviços em que efetivamente a rúbrica 0202 vai da 0201 a 0225 e que tem aqui os outros serviços que na minha perspetiva deveriam ser questões residuais mas a senhora Presidente já se referiu a isto e continua a ter, digamos, para um valor total de três milhões um valor de um milhão de outros



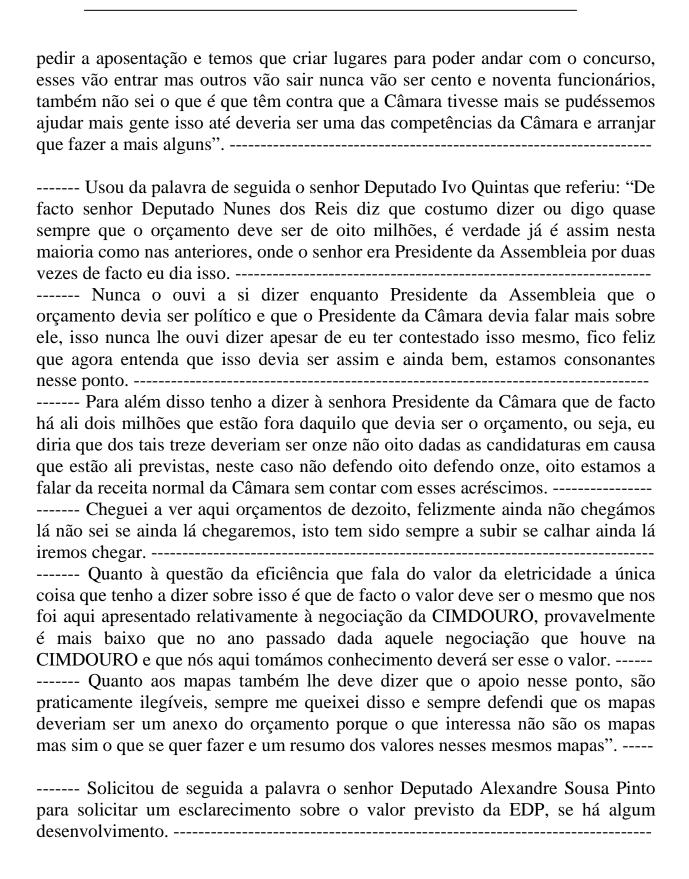
Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

Pág. 38

serviços, portanto, independentemente de isto ser assim porque provavelmente não têm aqui rúbricas onde encaixar isto é uma rúbrica residual, isso não impede que nos seja dada uma indicação do que está aqui, que tipo de serviços é que estão agui. ---------- Há aqui outras rúbricas, uma outra que é a dos parques e jardins é uma rúbrica que já no ano passado estava inscrita no orçamento, um milhão seiscentos e oitenta e quatro mil, é uma rúbrica igual à do ano passado, significa que ela não foi utilizada o ano passado, penso eu, isto é a obra do Castelo. ---------- Finalmente a propósito da, é apenas um esclarecimento, não tenho a certeza se aquilo que vou dizer está correto ou não, a propósito da iluminação pública relativamente ao ano passado que foram previstos duzentos e sete mil este ano são previstos duzentos e dois mil, esta diminuição tem alguma coisa a ver com as questões da eficiência energética ou não, se esta poupança se deve a isso ou não. – ----- Relativamente ao plano plurianual de investimentos, agora tenho dificuldade em ler, aparece ai, isto é um problema que também já é, não sei como isto se pode resolver mas estes mapas é praticamente impossível nós lermos isto. – -----Consigo aqui vislumbrar uma coisa que tem a ver com a floresta de cento e setenta e cinco mil e cem e a Turisseda de trezentos mil". ----------- Usou de seguida a palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: "Essa da Turisseda é um compromisso para uma candidatura que se fez e que está ai mas que ainda não está aprovada é para promoção da seda mas os valores que estão ai é a definir enquanto que a outra das florestas é uma candidatura feita para limpeza por causa dos incêndios que a Câmara fez e foi aprovada. ---------- Vou começar pelo orçamento e quando o senhor Deputado Nunes dos Reis diz que o nosso orçamento, conforme aquilo que diz o senhor Ivo Quintas deveria ser à volta dos oito milhões era mesmo isso que deveria ser o orçamento da Câmara porque as receitas que tem é para isso que dão só que o orçamento nunca pode ser de oito milhões porque há a dívida que transita de um ano para o outro que tem que ter suporte, só ai vai aos dez milhões e s outros três tem a ver com as candidaturas feitas e os valores que temos para executar as obras que foram candidatadas. ---------- Em relação aos funcionários nós não vamos ter cento e noventa isso não é verdade, o que está ai no mapa de pessoal são lugares a abrir para preenchimento mas muitos vão ser por mobilidade, pessoas que já cá estão e que vão por mobilidade para outras categorias, não vamos aumentar, o que está ai a aumentar é o lugar e que já veio anteriormente é um concurso para um informático e são cinco lugares de assistentes operacionais por causa da escola, temos três senhoras a

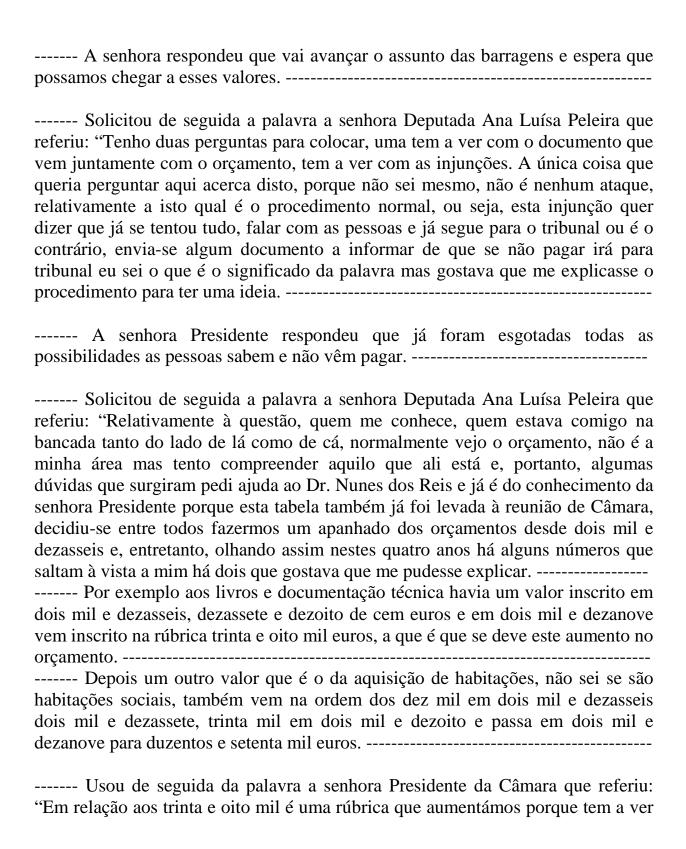


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12



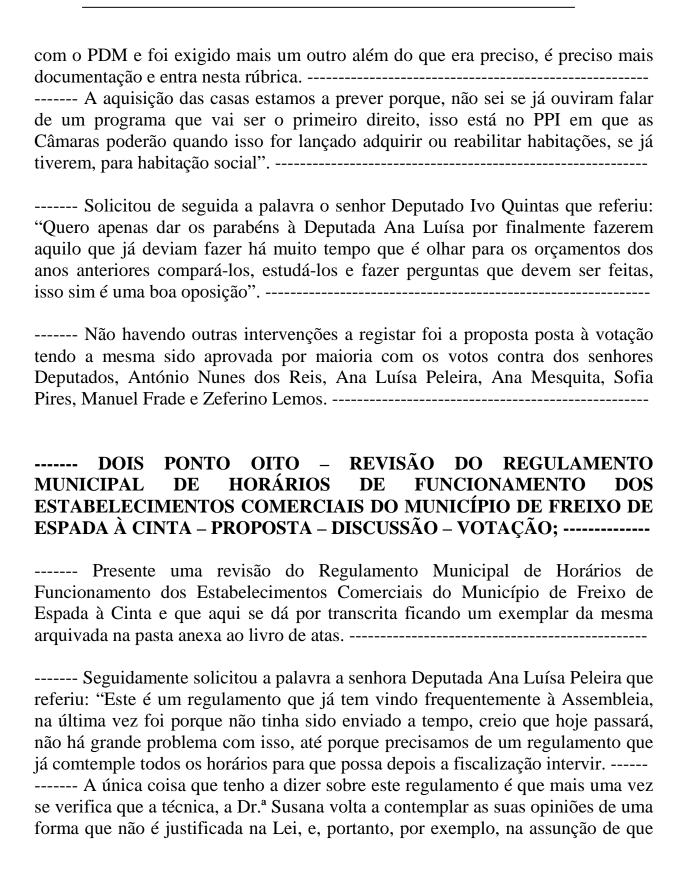


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12



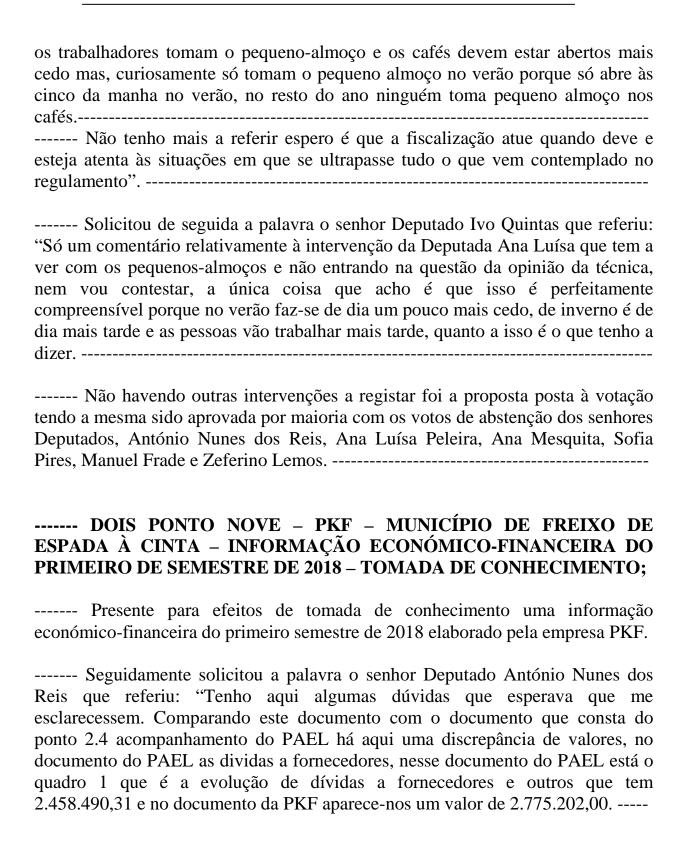


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12



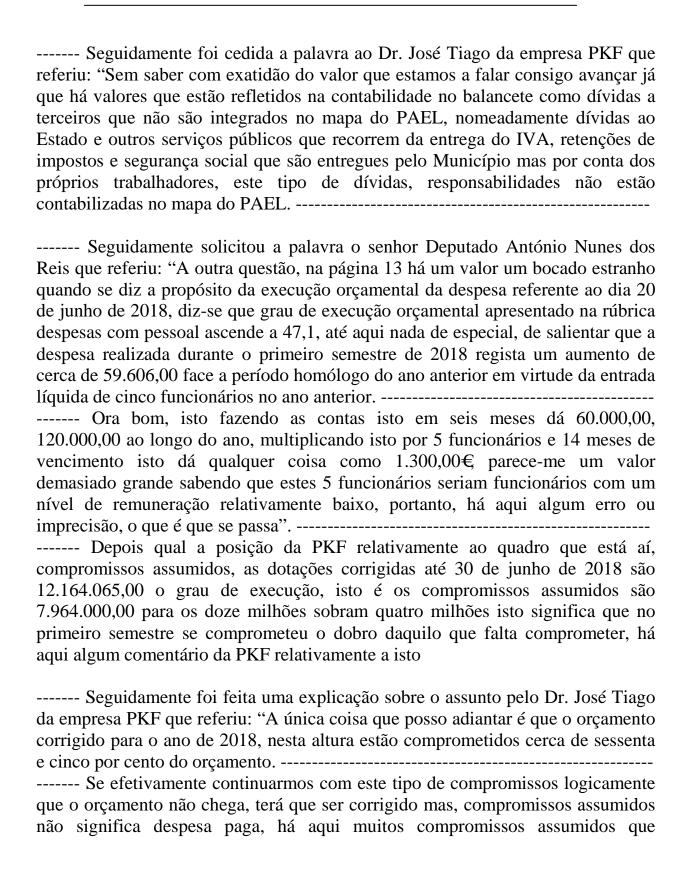


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12



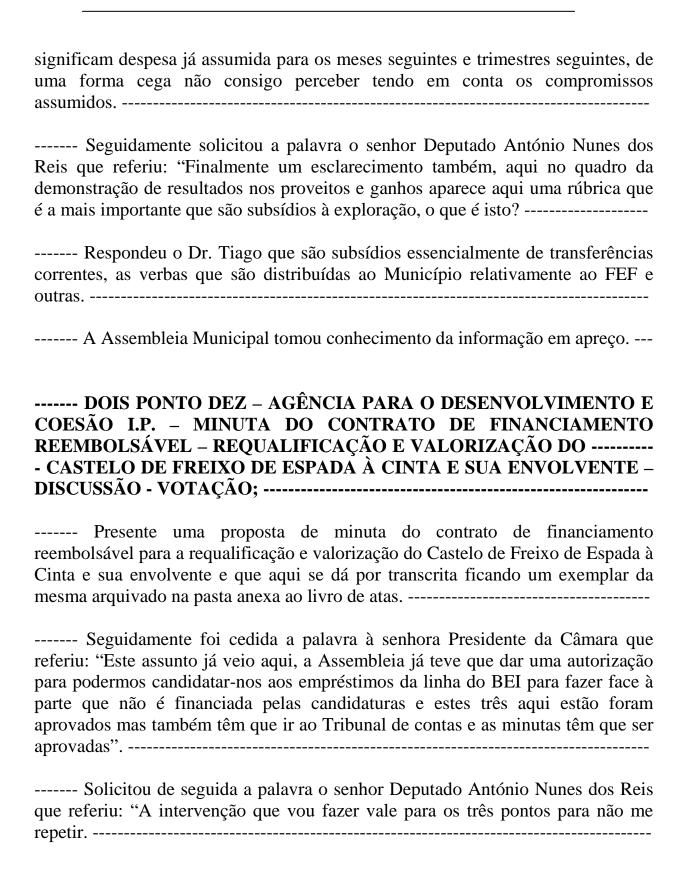


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12



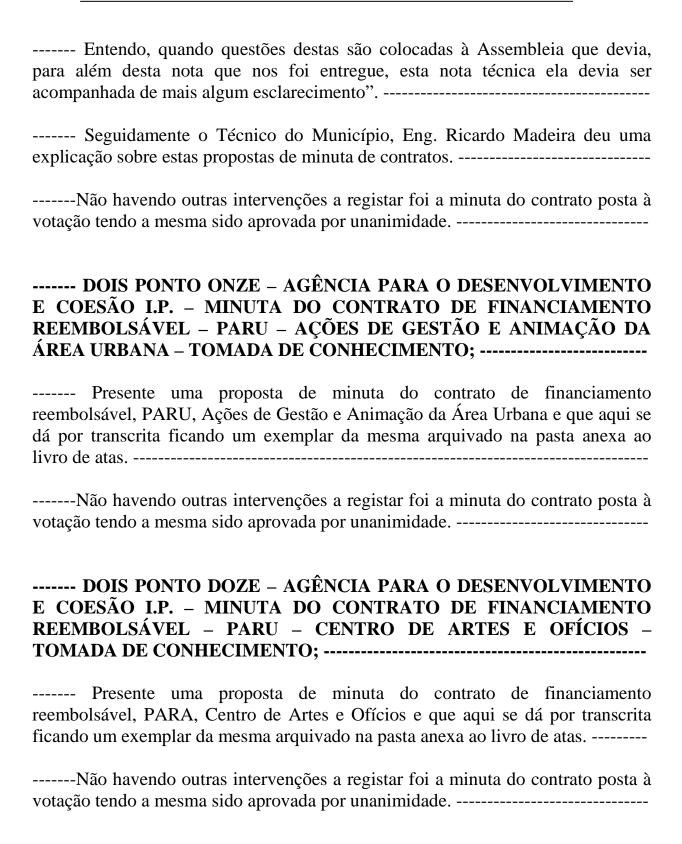


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12



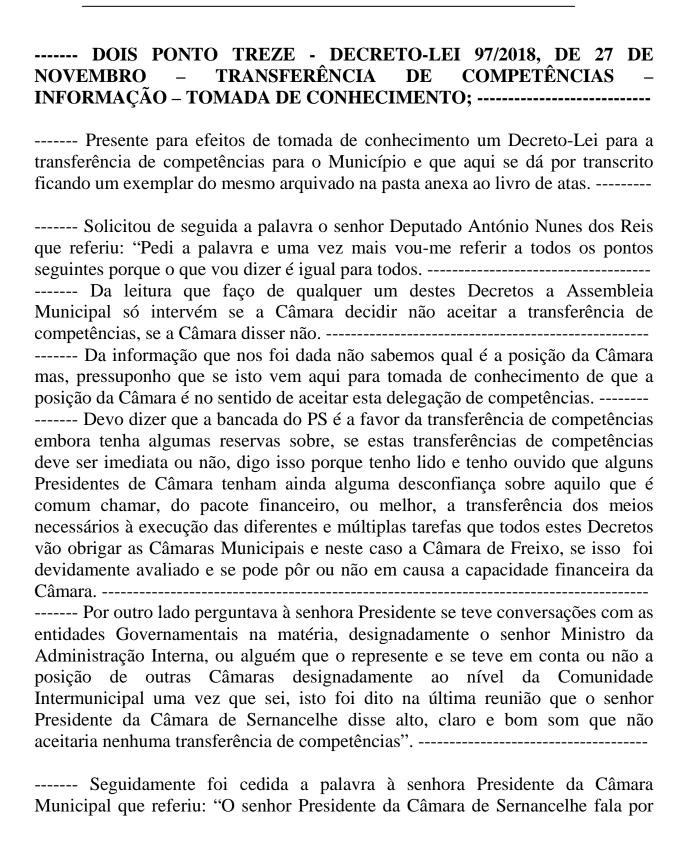


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12



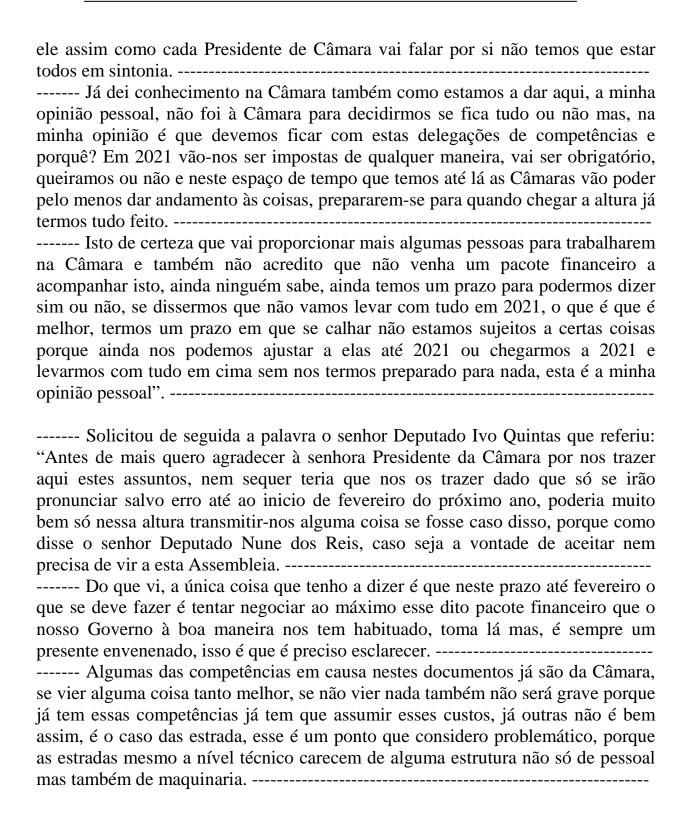


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12





Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12





Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

Há ai pontos que é necessário analisar mito bem e negociar ao máximo com o Estado Português que nesta caso convém até que seja por escrito e não de boca, porque de boca pelos vistos não se pode confiar em ninguém"
A Assembleia Municipal tomou conhecimento
DOIS PONTO CATORZE – DECRETO-LEI 98/2018, DE 27 DE NOVEMBRO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS – INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO;
Presente para efeitos de tomada de conhecimento um Decreto-Lei para a transferência de competências para o Município e que aqui se dá por transcrito ficando um exemplar do mesmo arquivado na pasta anexa ao livro de atas
A Assembleia Municipal tomou conhecimento
DOIS PONTO QUINZE – DECRETO-LEI 100/2018, DE 27 DE NOVEMBRO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS – INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO;
Presente para efeitos de tomada de conhecimento um Decreto-Lei para a transferência de competências para o Município e que aqui se dá por transcrito ficando um exemplar do mesmo arquivado na pasta anexa ao livro de atas
A Assembleia Municipal tomou conhecimento
DOIS PONTO DEZASSEIS – DECRETO-LEI 101/2018, DE 27 DE NOVEMBRO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS – INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO;
Presente para efeitos de tomada de conhecimento um Decreto-Lei para a transferência de competências para o Município e que aqui se dá por transcrito ficando um exemplar do mesmo arquivado na pasta anexa ao livro de atas

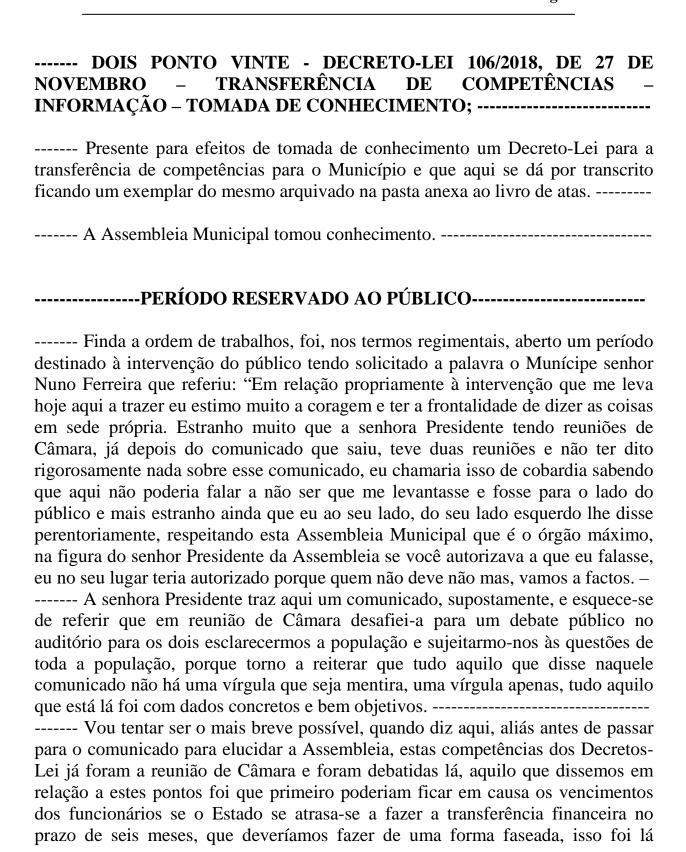


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

A Assembleia Municipal tomou conhecimento
DOIS PONTO DEZASSETE – DECRETO-LEI 103/2018, DE 27 DE NOVEMBRO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS – INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO;
Presente para efeitos de tomada de conhecimento um Decreto-Lei para a transferência de competências para o Município e que aqui se dá por transcrito ficando um exemplar do mesmo arquivado na pasta anexa ao livro de atas
A Assembleia Municipal tomou conhecimento
DOIS PONTO DEZOITO – DECRETO-LEI 104/2018, DE 27 DE NOVEMBRO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS – INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO;
A Assembleia Municipal tomou conhecimento
DOIS PONTO DEZANOVE – DECRETO-LEI 105/2018, DE 27 DE NOVEMBRO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS – INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO;
Presente para efeitos de tomada de conhecimento um Decreto-Lei para a transferência de competências para o Município e que aqui se dá por transcrito ficando um exemplar do mesmo arquivado na pasta anexa ao livro de atas
A Assembleia Municipal tomou conhecimento

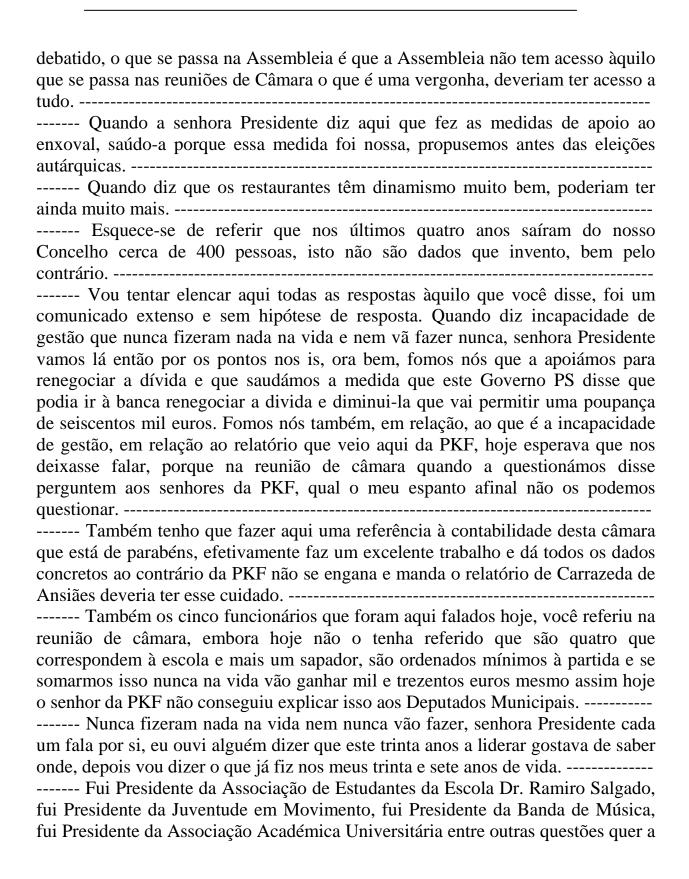


Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12





Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12





Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

Pág. 52

nível político ou de Associativismo. Em relação às de cá que é aquilo que interessa, há uma coisa que lhe digo, nunca sai de uma Associação e que a deixasse mal, sai sempre de cara levantada e com dinheiro em caixa, já vamos responder a esses pontos ponto por ponto, fazendo só o seguimento do seu comunicado. ---------- Em relação ao Mercado Medieval diz comparação de empresas, o que é oferecido e a qualidade, senhora Presidente nunca nós pusemos em causa a qualidade e o que foi oferecido, aliás se for honesta deve dizer que nós em reunião de Câmara até sugerimos que no próximo ano fizesse em data diferente de Moncorvo, que fosse mais à frente e até sugerimos que em vez de ser tão díspar fosse mais concentrado para fomentar ainda mais a vinda de participantes à nossa terra e somos completamente a favor do Mercado Medieval o que não podemos aceitar é quando afirma uma coisa em reunião de câmara e Assembleia e de facto são outras, aliás também notámos que levou em conta no orçamento que a inscrição para o Mercado Medieval em vez de trinta subi para quarenta, fazendo fé no passado que em vez de trinta foram sessenta no próximo ano se calhar estamos a falar de oitenta mil mas, também fazendo fé naquilo que disse aqui hoje e só na última reunião de Câmara nos disse que ia inscrever isso no PARU, no programa que está aqui que anotei, já lhe digo qual é, que ia meter o Mercado Medieval, a FIL a Feira Ibérica de Vinhos num destes três que veio hoje aqui ia lá meter estes todos no mesmo contrato mas só desta vez é que nos disse, no final do ano algo que já tinha gasto antes. ----------- Os esclarecimentos que peço, faço-o em todas as reuniões de câmara o que é um facto é que nunca tenho resposta e nas atas das reuniões de câmara não vem lá aquilo que nós dizemos ao contrário e saúdo-o a si, ao contrário da Assembleia Municipal onde vêm todas as intervenções dos Deputados, as suas e também as do Executivo, isso é que é o correto, porque quem não deve não teme, aliás nas atas das reuniões de câmara aquilo que pedimos sempre é apenas e só que venha lá aquilo que é dito seja contra nós ou a favor. ---------- Não deu resposta ao nosso comunicado do PS e ainda fez pior, quando o senhor Rui Portela, Vereador desta Câmara sem pelouro, quando lhe leu a carta você manda um comunicado para a rua, sinceramente achei de mau tom aquilo que fez, mandar um comunicado para a rua no dia de aniversário do senhor Rui Portela, não sei se foi coincidência ou não, espero que tenha sido mas fez isso, isto é só um aparte para vermos então o que é a idoneidade. ---------- Depois em relação à transparência, têm acesso a toda a informação no Bas.Gov, pois tenho mas, tudo aquilo que nós falamos perguntámos e



Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

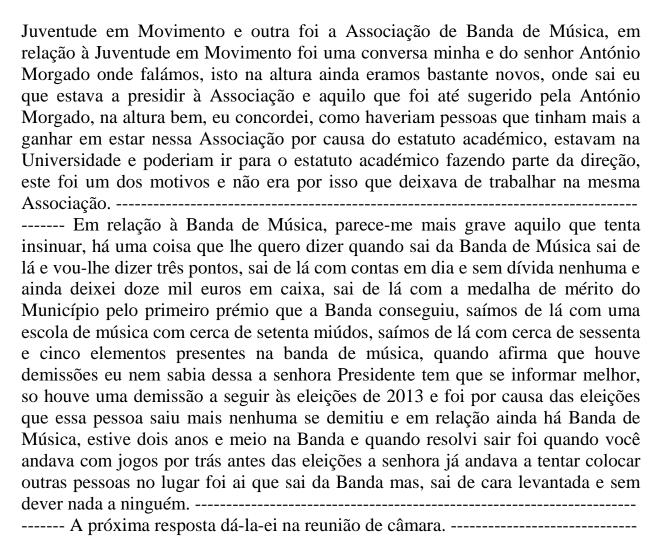
Pág. 53

questionámos a si, não há nada naquele comunicado que não a tenha questionado olhos nos olhos, sabe o que é que respondeu nada, praticamente nada. ----------- Em relação à água que foi levantado hoje aqui e bem das injunções é de lamentar que este Executivo que foi quem criou o problema foi o Município não foram os Munícipes já anda a arrastar este problema ao tempo e em vez de enveredar pelo diálogo e tentar resolver as cosas a bem não, parte para os tribunais e paga a uma firma de advogados balúrdios entre outras coisas. Ainda em relação à água, está aqui o senhor Deputado Ivo quintas eu também se recorda quando houve uma votação sobre as rendas vincendas e vencidas que a senhora Presidente ia assinar de cruz porque achava que era benéfico para o Município e que chumbou e depois vieram mais oitenta mil euros relativamente à água porque esse acordo foi chumbado e veio depois. ---------- Em defesa da honra há aqui algumas coisas que tenho que lhe dizer, havia muito mais para falar, quando fala da Dr.ª Antónia Coxito, há uma coisa que lhe digo, quem está ao meu lado, quem não deve não teme e eu não posso afirmar coisas em comunicados sobre as outras pessoas e depois alguém que está ao meu lado e porque até é meu familiar não o pôr, comigo é transparência, doa a quem doer. Quando falei sobre essa casa do Vale nós sabíamos de ante mão que era familiar da Dr.ª Antónia Coxito e eu disse eu não posso estar hoje aqui a afirmar uma coisa e fazer de forma diferente, tem que ser assim, é assim que tem que ser, torno a repetir, quem não deve não teme, eu não podia, porque agora era a Dr.ª Antónia e não concordo com aquela situação então vou esconder porque até é do meu lado, não há que denunciar, o que está mal está mal não há que esconder a verdade dos factos. ----------- Nós hoje fomos aqui acusados de algumas coisas e tenho que referir, diz aqui, além de nos chamar ignorantes, imbecis, as quadras emails para o senhor Presidente da Assembleia. ---------- Em relação ao senhor Ivo Quintas há uma coisa que lhe quero dizer e acho que compactua comigo nesse aspeto, todas as queixas que fizer e uma que fiz foi sobre as atas da Câmara, assinei-a e mandei-a para as entidades competentes. ---------- Em relação às quadras já disse que só um cobarde se esconde atrás de um perfil falso e fala sobre isso, quando alguém tem alguma coisa a dizer diz na cara da pessoa. ---------- Em relação às Associações, quando diz, explique porque é que abandonou a presidência das associações e quanto é que gastou nessas associações, enão vou ter que explicar se me permitir o senhor Presidente. Vou falar apenas de duas, que são aquelas que me parecem que era onde queria chegar, houve uma que foi a



Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

Pág. 54



------ Solicitou de seguida a palavra a Munícipe senhora Antónia Coxito que referiu: "Antes de mais e mais que um esclarecimento quero mostrar a nossa indignação pela atitude incorreta, cobarde por parte da senhora Presidente deste Município porquê? Porque em vez de discutir política, porque pelos vistos o que se demonstra é a sua incapacidade de discutir política e perante isso parte para um ataque cerrado, vil e mesquinho ao qual nós assistimos nesta Assembleia. Se queria perguntar alguma coisa, se queria insinuar alguma coisa, conforme fez insinuações muito graves nesta Assembleia o deveria ter feito inicialmente numa reunião de câmara para nós nos podermos defender não, na reunião de Câmara essa senhora Presidente que pelos vistos não sabe ocupar o lugar onde foi colocada, obviamente, apenas se limita a dizer nas reuniões de câmara que não tem que nos dar justificações, depois tem uma atitude destas numa Assembleia



Ata nº 06/2018 Reunião de 13/12

Pág. 55

quando não é o lugar correto para nos nos podermos defender, deveria sim faze-lo
no lugar próprio
Mais ainda, tem ainda a falta de dignidade, para não dizer outra coisa, os
opositores quando se refere aos Vereadores da oposição isto é lamentável, serão
assuntos que depois serão respondidos na reunião de câmara"
APROVAÇÃO EM MINUTA: - Nos termos do número três do artigo
cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de
setembro, e para efeitos do disposto no artigo cinquenta e seis do mesmo
normativo legal, foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta os textos das
presentes deliberações

A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL